



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 008

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE MARÇO DE 2006

ANO XXXI

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Tadeu Veneri  
PDT ..... Barbosa Neto  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

**DIÁRIO Nº 008****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>02</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>02</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>02</b>
<b>Homenagem à Semana da Mulher:</b>	
Composição da Mesa .....	02
Oradores:	
Dep. Hermas Brandão .....	03
Dep. Arlete Caramês .....	03
Dep. Elza Correia .....	05
Dep. Cida Borghetti .....	07
Dep. Luciana Rafagnin.....	08
Realização da Homenagem.....	09
Oradora:	
Dep. Fed. Doutora Clair .....	11
Encerramento .....	11
<b>Expediente:</b>	
Mensagens .....	12
Ofícios.....	21
Requerimentos .....	21
Projetos de Lei .....	28
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	31
Discussão / Votação:	
2ª Discussão .....	31
1ª Discussão .....	32
Requerimentos .....	33
<b>Encerramento da Sessão.....</b>	<b>33</b>

**006ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**  
**15ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 006ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM**  
**06 DE MARÇO DE 2006**

*(segunda-feira)*

**Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelas Sras. Deputadas Luciana Rafagnin e Elza Correia.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (49). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Chico Noroeste, Duílio Genari e Ratinho Júnior (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

**Abertura da Sessão:****O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos, que hoje têm um aspecto todo cerimonial, quando iniciamos a Semana da Mulher.

**Homenagem à Semana da Mulher:**

Queremos, antes de fazer a leitura da Ata da Sessão anterior, dar início à homenagem, anunciando a composição da Mesa.

**Composição da Mesa**

Exmo. Sr. Orlando Pessuti, Vice-Governador do Estado do Paraná; Exma. Sra. Vera Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura; Exma. Sra. Deputada Federal Dra. Clair, representando a Câmara Federal; Exma. Sra. Deputada Arlete Caramês; Exma. Sra. Deputada Cida Borghetti; Exma. Sra. Deputada Elza Correia; Exma. Sra. Deputada Luciana Rafagnin; Exmo. Sr. Deputado Neivo Beraldin, 1º Secretário da Assembléia

Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Geraldo Cartário, 2º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

## **Oradores:**

### **Deputado Hermas Brandão - Presidente da ALEP**

É com enorme alegria que tenho exercido a Presidência desta Casa na atual legislatura. Afinal, de forma histórica essa legislatura conta com a maior participação feminina nos 151 anos do nosso Legislativo. Esta Sessão, assim, tem um significado especial. É para as mulheres, que com garra e disposição conquistaram um mandato Parlamentar, que eu dirijo os cumprimentos de todos nós. Parabéns Deputadas Arlete Caramês, Cida Borghetti, Elza Correia e Luciana Rafagnin.

Este cumprimento é também uma homenagem a todas as mulheres que ocuparam os espaços que lhes são devidos na sociedade, a todas aquelas que colocam a sua sensibilidade, inteligência e capacidade de trabalho a serviço do bem comum.

Faço aqui também referências às esposas dos Srs. Parlamentares, companheiras de toda hora, sem as quais muitos de nós certamente não estaríamos aqui.

Falo ainda das jornalistas que têm a missão de informar à sociedade a respeito das decisões que aqui são tomadas.

E quero, de forma especial, agradecer às funcionárias desta Casa, que de forma abnegada dedicam suas vidas profissionais ao bom funcionamento do Legislativo.

Mãe, esposa, trabalhadora profissional liberal, ou empresária, a mulher vem mudando o mundo de forma acelerada e definitiva desde os meados do século XX. Mas temos nós todos muito ainda a avançar, e o faremos. Recentemente, levantamento realizado em mais de uma centena de países mostrou que no Brasil, embora a participação feminina tenha crescido na política, ainda pode e deve ser muito maior. Curiosamente os dois maiores e mais populosos países das Américas, Brasil e Estados Unidos, são aqueles que nos quais o número de mulheres eleitas é menor.

A Argentina tem mais de um terço das cadeiras parlamentares ocupadas por mulheres. O Chile acaba de eleger uma mulher à presidência. E o mesmo nível de participação ativa das mulheres na política é crescente na maior parte dos países onde a democracia impera.

Esses dados nos mostram o caminho a seguir. As mulheres brasileiras devem participar mais da vida pública, colocando seu nome à disposição da sociedade para exercícios de mandatos eletivos. Não como concessão, que apenas confirma o preconceito, mas como marcha inevitável da sociedade.

É o que desejamos. É o que esperamos todos. Afinal somos dez milhões de paranaenses, dos quais mais de

cinco milhões são mulheres. Portanto, com a palavra a maioria, com a palavra as mulheres.

Muito obrigado!

Quero passar a presidência dos trabalhos à nossa Vice-Presidente, Deputada Arlete Caramês; a Deputada Elza Correia assume a 2ª Secretaria e a Deputada Luciana Rafagnin, a 1ª Secretaria.

### **Deputada Arlete Caramês - Presidente da Sessão**

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Convido a todos a ouvirem o Hino Nacional brasileiro a ser executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Paraná.

#### **(Execução do Hino Nacional)**

Secretária Vera Haj Mussi, Deputada Elza Correia, Deputada Clair de Flora Martins, Deputada Cida Borghetti, Deputada Luciana Rafagnin, demais autoridades presentes e homenageadas:

“Primeiramente, quero calorosamente cumprimentar a todos aqui presentes, e em especial às mulheres, pelo nosso dia, o Dia Internacional da Mulher. Este é um dia para comemarmos, mas sobretudo é um dia para refletirmos sobre nossa luta para chegar até aqui e conquistar o que até aqui conquistamos.

Não podemos jamais esquecer que neste dia, no ano de 1857, operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve ocupando uma fábrica para reivindicarem a redução de um horário de trabalho de mais de dezesseis horas por dia para dez horas. Essas 129 operárias, que recebiam menos de um terço do salário dos homens, por reivindicarem seus direitos, foram fechadas na fábrica e morreram queimadas num suposto incêndio.

Em homenagem a essas mulheres que perderam suas vidas lutando por seus direitos, em 1975 a Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU) decretou o dia 08 de março como Dia Internacional da Mulher. Não podemos jamais esquecer que mulheres morreram lutando para que seus direitos fossem reconhecidos, e que hoje temos a igualdade de direitos entre homens e mulheres garantida pelo ordenamento jurídico pátrio, foi graças à luta de valiosas mulheres que nos antecederam, que na luta por seus direitos os garantiram às mulheres que estariam por vir.

Paradoxalmente, estamos aqui a comemorar o nosso dia, como se fosse um dia único, como se fosse um dia diferente dos demais, mas nós mulheres sabemos o que cada dia representa em nossas vidas e que cada dia deve ser comemorado de forma especial, cada vitória, cada parto, cada dia conquistado, cada derrota que nos faz mais firmes e fortes, enfim, a luta diuturna da mulher em construir um mundo melhor não só para nós mulheres, mas para toda a sociedade, merece rendição de

homenagens, e é isso que, com muito orgulho, estamos a fazer hoje.

Indubitavelmente, quando olhamos para trás, vemos que temos muito a comemorar, mas temos a certeza que muito ainda falta por conquistas. Fruto das batalhas históricas das mulheres pela igualdade e gozo dos direitos da cidadania, a mulher acabou por conquistar seu espaço e hoje, ainda que não plenamente, ou como gostaríamos, participa ativamente de todos os setores da sociedade; competente; disputa cargos e funções nas mais variadas esferas de governo e na iniciativa privada.

Mas, dentre as batalhas que ainda temos que vencer, sem dúvida, e talvez uma das mais importantes, está a erradicação da violência praticada contra a mulher. Infelizmente, os dados que existem sobre a violência praticada contra as mulheres em todo o mundo, são alarmantes.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, quase metade das mulheres assassinadas, são mortas pelo marido ou namorado, atual ou ex. A violência responde por aproximadamente 7% de todas as mortes de mulheres entre 15 a 44 anos no mundo todo. Em alguns países, até 69% das mulheres relatam terem sido agredidas fisicamente e até 47% declaram que sua primeira relação sexual foi forçada.

No Brasil, acordo com a ONU, 25% das brasileiras são vítimas constantes de violência no lar, em cerca de 70%, esse agressor é o marido ou companheiro.

O dado mais preocupante levantado pela ONU no Brasil é que em apenas 2%, dos casos, o agressor é punido. Isso nos leva à triste conclusão de que ainda não possuímos o aparato estatal adequado para dar respostas às agressões sofridas pelas mulheres. A mulher tem direito à sua incolumidade física e psicológica e o Estado deve possuir condições de punir o agressor.

Há muito se reconhece a violência praticada contra a mulher como sendo uma violação aos direitos humanos e vários acordos celebrados entre as nações assim reconhecem:

- Em 1979, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotaram a convenção de eliminação de todas as formas de discriminação, conhecida como a Lei Internacional dos Direitos da Mulher. Essa convenção define o que se constitui discriminação contra a mulher e estabelece uma agenda de ações a fim de acabar com ela.

- Em 1993, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração da Eliminação da Violência contra a Mulher, o primeiro documento internacional de direitos humanos focado exclusivamente na violência contra a mulher. Esse documento afirma que a violência contra a mulher viola e degrada os direitos humanos, em seus aspectos fundamentais de liberdade.

- Em 1995, a Plataforma por Ação de Beijing (da Quarta Conferência Mundial da Mulher) chama a atenção dos governos a “condenarem a violência contra a mulher e eliminarem alegações baseadas em tradições, costumes e religião, como forma de desculpas por se manterem

afastados de suas obrigações com respeito à “Declaração da Eliminação da Violência contra a Mulher”.

Contudo, de nada adianta o reconhecimento da existência do problema em diplomas internacionais, se os países não tomarem atitudes concretas para conscientizar a sociedade como um todo e punir exemplarmente a violência praticada contra a mulher.

Quando se fala de violência praticada contra a mulher, há que se ter a exata noção do seu significado.

A Organização das Nações Unidas, desde 1992, define violência contra a mulher como “qualquer ato de violência baseado na diferença de gênero, que resulte em sofrimento e danos físicos, sexuais e psicológicos da mulher; inclusive ameaças de tais atos, coerção e privação da liberdade, seja na vida pública ou privada”.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, assinada pelo Brasil, em 1994, entende que a violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica:

- a) que tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual;

- b) que tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus-tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar e;

- c) que seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

A Convenção ainda recomenda que todos os esforços devem ser feitos para prevenir essas formas de violência e atender às suas vítimas com respeito e eficiência.

Como se pôde perceber, no Brasil e no mundo, existe um reconhecimento do problema da violência praticada contra a mulher, o que já é um primeiro passo, e tanto o Estado quanto a sociedade tem se mobilizado, discutindo e apontando soluções para o problema. Entretanto, ainda há muito o que fazer para combater a violência contra a mulher.

Neste sentido, elogiável os esforços no combate da violência contra a mulher, com a criação de delegacias especializadas da mulher, assim como modificação das leis para que casos de agressão possam ser julgados rapidamente pelos juizados especiais criminais, apesar de observar-se que os efeitos da medida não produzem bons resultados na prática.

Nos juizados os homens que espancam acabam sendo punidos com o pagamento de cestas básicas. No caso das famílias pobres, acabam afetando a mulher, por tirar dinheiro da família. Ou então, o homem paga a multa e continua batendo. Com absoluta certeza, temos que encontrar um sistema melhor para o julgamento e punição dos agressores.

Inegavelmente, dentre as espécies de violência praticada contra a mulher, a doméstica é a mais preocupante. Atrás das portas de suas casas, em segredo, as mulheres são submetidas à violência por seus parceiros e parentes. Envergonhadas e com medo de fazer denúncias, pois intimidadas ou ameaçadas veladamente, muitas mulheres não recorrem às delegacias de polícia para denunciar agressões, ameaças, espancamento e outras formas de violência.

Mesmo reconhecendo a existência do problema, inegável que há grande dificuldade em combatê-lo, pois a violência contra a mulher no Brasil é um problema generalizado, que afeta todas as classes sociais e todas as partes do país. Na realidade, trata-se de um problema cultural, que infelizmente foi sendo passado de geração em geração que pressupõe a submissão da mulher ao homem e portanto, de certa forma, acaba por legitimar a violência do homem contra a mulher.

Desta forma, acredito que devemos combater a violência contra a mulher não somente com a criação de aparato estatal para a punição rápida e eficaz dos agressores, mas também difundindo, através da educação de nossas crianças e das gerações que estão por vir, os princípios de igualdade entre homens e mulheres, pois a violência praticada contra a mulher não vai parar até que todos nós, homens e mulheres, digamos: “isto não é certo e não vou deixar acontecer”.

Muito obrigada.

Neste momento, tenho grande satisfação de fazer uma mais que merecida homenagem a uma mulher, que com orgulho nos representa num importantíssimo segmento da sociedade paranaense.

(Aplausos)

É com a máxima satisfação que concedo a palavra à Sra. Deputada Elza Correia.

## ***Deputada Elza Correia***

A SRA. ELZA CORREIA

Boa-tarde a todas e a todos.

Queria cumprimentar, primeiramente, à Mesa constituída, hoje, em deferência ao nosso Presidente, pelas importantes mulheres que representam as mulheres do Paraná, aqui: a querida Arlete Caramês, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, neste ato; a Exma. Sra. Vera Mussi Augusto, nossa Secretária do Estado da Cultura e conselheira também; a Exma. Sra. Deputada Federal, Dra. Clair, nossa amiga e companheira, representando a Câmara Federal; a minha colega e amiga Cida Borghetti, 1ª Secretária, neste ato; a Deputada Luciana Rafagnin, nossa companheira nesta Casa e conselheira, assim como a Cida Borghetti; companheiros que nos antecederam e que deixaram a Mesa; Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Hermas Brandão; Exmo. Sr. Orlando Pessuti, Vice-Governador do Estado do Paraná; Deputado Neivo Beraldin, Deputado Geraldo Cartário, que compôs a Mesa

anteriormente, assim como todos os demais colegas Deputados; as esposas dos Deputados presentes; às minhas queridas amigas conselheiras, quase todas aqui; senhoras homenageadas nesta tarde; as Vereadoras; trabalhadoras da imprensa; a nossa Banda da Polícia Militar do Paraná; a Maria Madalena, cantora, que veio nos prestigiar; convidadas e convidados.

Estive pensando e falava com a Vera, o que dizer neste momento, porque estamos há décadas quase que repetindo os nossos discursos, mas é assim que acontece a mudança (riso) e temos que insistir, Irondi, nesse discurso, que não é só discurso. Temos efetivamente construído uma nova prática do Movimento de Mulheres no Paraná e no Brasil.

Temos que responder hoje duas perguntas. Há o que comemorar? Estamos satisfeitas? Se dermos conta de respondermos essas duas questões, Elza Campos, teremos avançado. Podemos e sabemos como responder essas duas questões. Há, sim, o que comemorar. Saímos já muito tempo do discurso da “vitimologia” e passamos a refletir sobre a construção de uma nova ordem social de um mundo novo que estamos ajudando a construir.

Então, temos hoje uma Secretaria Nacional de Política para as Mulheres e não por acaso, mas resultante da ação indispensável das mulheres que aqui estão e que serão homenageadas, representando todas as demais mulheres do Paraná e representando também essa conquista da Secretaria - com *status* de Ministério - de todas as mulheres que nos antecederam desde as negras, que lutavam contra a escravidão.

Temos hoje um Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, que foi construído com o pensar e com a ação de cento e vinte mil mulheres do Brasil, sendo duas mil aqui do Paraná. E fizemos uma grande Conferência, puxada pelo Conselho, com aproximadamente oitocentas mulheres e com trezentas propostas, aproximadamente, que saíram daqui da nossa Conferência Estadual para a elaboração do Plano Nacional de Política Pública para as Mulheres.

Nós temos que comemorar, sim, a queda da diferença de percentual dos salários de homens e mulheres, em relação a trabalhos iguais. Hoje, já estamos em 30% e poderemos derrubar ainda mais esses índices. Temos que comemorar, sim, a ampliação dos equipamentos sociais, embora em números ainda bastante pequenos para o tamanho da luta que é em defesa dos direitos da mulher. Temos, apenas no Brasil, trezentas e quarenta Delegacias de Mulheres, muitas funcionando de forma inadequada e quase que sucateadas. Temos apenas setenta e seis Casas Abrigo e apenas cinquenta e dois Centros de Referência, sendo que amanhã o Conselho Nacional, junto com a Secretaria Nacional de Políticas Públicas e Prefeitura do município de Curitiba, estaremos inaugurando, às 11 horas, o primeiro Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência, de Curitiba e Região Metropolitana.

Queria dizer que temos a comemorar, sim, a melhoria dos índices educacionais das mulheres brasileiras. Hoje já somos maioria no ensino médio, fundamental e no ensino superior. E isso não quer dizer que as diferenças não continuem no mundo do trabalho em relação aos salários, em relação às nossas posições de mando dentro das várias esferas de trabalho. Temos que comemorar, sim, os pactos que estão sendo assinados pelo Brasil todo para fazer diminuir o índice de mortalidade materna no país, que é alto, que é vergonhoso, tragédias evitáveis se todas as mulheres brasileiras tivessem, conforme preconiza a lei, garantias de atendimento integral à saúde, garantia dos seus direitos reprodutivos, seus direitos sexuais. Mas, chegaremos lá.

É preciso dizer que, graças à ação das mulheres trabalhadoras, também na área da saúde, temos conseguido fazer cair o índice de mortalidade infantil. Temos que comemorar, sim, conforme disse nosso Presidente, a ampliação do número de Deputadas nesta Casa. Temos aqui algumas companheiras que nos antecederam: a Sra. Emilia Belinati, aqui conosco, a nossa Vice-Governadora, a querida Erondi Pugliesi, as duas companheiras representando as que nos antecederam. Queria dizer que é para se comemorar, sim. Hoje, a América do Sul, a América Latina volta o olhar para a Presidente do Chile, Michelle Bachelet, e também a Lurdes Flores, que está quase chegando, lá no Peru, e também a Vice-Presidente da Cidade do Cabo, na África do Sul. Isso não é para comemorar?

É sim, para comemorar essas e tantas outras conquistas que não tenho muito tempo para falar e vou parar por aqui. Mas, é preciso responder à segunda questão: estamos satisfeitas?

Não. Não estamos satisfeitas, porque a luta é árdua, a luta ainda é longa, a desigualdade está estabelecida ainda na questão de gênero.

Portanto, precisamos avançar e estamos avançando, mas não devemos cruzar os braços e dizer que já estamos satisfeitas, que já basta. Não. Somos mais da metade da população e mãe da outra metade, diga-se de passagem, mais da metade dos eleitores; 41% da população economicamente ativa; em cada quatro famílias, uma é chefiada por mulher. E onde estão as mulheres na hora de poder decidir nas esferas de mando? É uma matemática cruel. É uma matemática estranha. É uma matemática ilógica que, nós mulheres, temos a obrigação de mudar. Evidentemente que aquele discurso de que o homem é o vilão da história, ninguém mais fala sobre isso. Estamos radicalizando, sim, mas estamos radicalizando na construção da democracia.

E queremos a construção de uma nova ordem social que seja melhor para homens e para mulheres e, evidentemente, com o apoio incondicional dos nossos companheiros. Não queremos ocupar espaço nenhum que não seja nosso por direito. Essa é uma discussão hoje. Então, esse papo de briga dos sexos não existe mais no movimento das mulheres brasileiras.

É preciso dizer, conforme disse a nossa Presidente Arlete Caramês, os números da violência contra a mulher ainda são assustadores e vergonhosos. São dois milhões e cem mil mulheres que são agredidas, de alguma forma, por ano no nosso país, não é no Planeta, é no Brasil. São cinco mil e oitocentas mulheres por dia. Duzentas e quarenta e três por hora; quatro por minuto e uma a cada quinze segundos. Este dado é alarmante, é assustador, é vergonhoso, e vai mudar apenas com a construção do plano nacional de política para as mulheres? Não, é um enorme caminho. Mas não basta estar no papel, queremos que o que está preconizado na Constituição Brasileira, de que todos somos iguais perante a lei, vire uma realidade. E essa é a luta das mulheres e essa é a luta dos homens comprometidos com um mundo melhor para todos nós. Principalmente, precisamos prestar atenção na discriminação em relação às mulheres negras que são duplamente agredidas no nosso país, violentadas, desrespeitadas. As mulheres negras estão destinadas às atividades de menor prestígio e de menor remuneração. As mulheres negras chegam a ganhar metade do que ganha uma mulher branca e até quatro vezes menos do que ganha um homem branco no Brasil, para a mesma atividade, para a mesma função. Então, não nos satisfaz e temos que pensar nisso.

Em relação aos números na política, são ínfimos em relação ao número de mulheres. Fiz uma conta rápida, espero não ter errado, mas são três ministras, nove senadoras; 45 deputadas federais; 132 estaduais, 6.555 vereadoras para 45.257 vereadores; duas governadoras; uma no Superior Tribunal Federal; três no Superior Tribunal de Justiça; uma no TST e uma no TSE. É nada, é muito pouco, porque somos a maioria. Não dá para entender essa matemática.

Portanto, companheiras, eu queria encerrar a minha fala, dizendo que não podemos, em um discurso como no dia de hoje, deixar de colocar essas questões e não ficarmos no muro de lamentações: “ai, coitadas de nós as mulheres!” Nunca mais. É preciso sair desse estado de torpor, de não acreditarmos na nossa capacidade, não acreditarmos na nossa responsabilidade de ajudarmos a construir essa nova ordem social, sem assistir à banda passar, mas, participando dela, fazendo parte desse processo. É isso que temos que refletir neste dia. E dizer que dois grandes momentos vão acontecer nesse 08 de março, e que mais uma vez o Conselho Estadual da Mulher, realizando de forma conjunta com várias entidades e que todos vocês, as senhoras e os senhores, recebam neste momento.

Mas, eu chamaria a atenção para dois grandes momentos: um é a inauguração, amanhã, às 11 horas, do Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência. O outro é aqui na Assembléia Legislativa, que vai acontecer logo após este ato, que é a inauguração da nossa galeria de mulheres no Poder. Por que não? É preciso mais de um século de história deste Estado. E quantas companheiras passaram pela Assem-

bléia Legislativa? Muito poucas. E é preciso que isso tenha visibilidade, por isso a inauguração dessa galeria. E também queria dizer que nós quatro, a Cida Borghetti, a Arlete Caramês, a Luciana Rafagnin, temos tentado, na Assembléia Legislativa, com o apoio dos nossos companheiros, fazermos o melhor possível para darmos às mulheres do Paraná, orgulho de terem votado em nós.

Procuramos fazer política da forma como ela deve ser feita, jamais virada de costas à ética, ao compromisso, ao que efetivamente interessa na política que é, acima de tudo, acreditar que existe uma forma que não temos dúvidas de que é a correta, que é avançarmos na construção desse novo momento com ética, lisura, compromisso, virando as costas à corrupção, virando as costas ao desvio de dinheiro público, virando as costas à impunidade e acreditando que lugar de mulher também é na política.

Muito obrigado.

### (Apresentação musical)

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Concedo a palavra à Sra. Deputada Cida Borghetti.

## **Deputada Cida Borghetti**

A SRA. CIDA BORGHETTI

Sra. Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, nesta especial cerimônia, Deputada Arlete Caramês; 1ª Secretária da Assembléia Legislativa, Deputada Luciana Rafagnin; 2ª Secretária da Assembléia Legislativa, Deputada Elza Correia; Secretária de Estado da Cultura, Sra. Vera Mussi, que sempre nos prestigia. Quero também cumprimentar a Deputada Federal e também minha conterrânea, Deputada Clair, que muito nos honra, porque é a primeira Deputada efetivamente eleita no Estado do Paraná e neste momento representa toda a Câmara Federal. Portanto, à bancada masculina e também à Deputada Federal Selma.

O Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Hermas Brandão, juntamente com a sua esposa, Dona Ana Maria. Cumprimentamos a todos os Deputados Estaduais, nossos colegas e suas digníssimas esposas, que estão conosco nesta tarde de homenagem. Senhoras e senhores, a imprensa, os convidados e as convidadas, as autoridades previamente cumprimentadas.

Quero registrar, com muito orgulho, a presença do nosso Vice-Governador, o nosso colega Deputado Orlando Pessuti, que tem sempre estendido a mão, quando a causa é também das mulheres.

(Lê):

“Agradecemos à presença de todos neste dia de homenagem às mulheres que participaram e participam da história do Paraná!

A mulher paranaense sempre atuou de forma positiva na história da humanidade, mesmo que tolhida na sua liberdade ou mesmo sofrendo violências das mais variadas espécies.

Cabe-nos lembrar que, dos 110 mil funcionários públicos do Estado do Paraná, aproximadamente 65 mil são mulheres. 80% dos professores do Estado são mulheres e a primeira funcionária pública foi uma professora.

Já conhecemos a expressão dos números que em todas as áreas mostram a atuação da mulher. A vitória, nós sabemos, só vem com trabalho e com muito esforço! Por isso, parabéns a todas vocês mulheres de luta, de determinação.

Em muitos momentos nos sentimos frágeis, para logo em seguida ver o quanto podemos ser fortes.

Na semana que passou, a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros - CNBB, lançou a Campanha da Fraternidade de 2006, cujo tema é Fraternidade e Pessoas com Deficiência. Levanta-te e vem para o meio.

Hoje, no Brasil, há mais de 25 milhões de pessoas com necessidades especiais e nós, mulheres, mães, irmãs, esposas, amigas, voluntárias, participativas no trabalho social, sempre nos voltamos para os nossos especiais. Existe preconceito, sim, existe! Mas isso não nos intimida. Os obstáculos não assustam, sabemos que esse crescimento diário faz parte da vida de todos nós homens e mulheres. A vida é para todos uma constante busca e nesse caminho nos deparamos com mulheres como vocês, que são fontes de luz, de amor, de dedicação, cada uma com sua habilidade, com seu dom. Dom que Deus confiou a cada uma.

Nós mulheres somos por princípio otimistas e nossas famílias o centro da vida! Vivemos altos e baixos e, felizmente, vencemos! Em sua obra “Perdas e Ganhos”, Lia Luft nos mostra que “A felicidade é possível, que não existe só desencontro e traição, mas ternura, amizade, compaixão, ética e delicadeza, mas sempre lembrando que as pessoas são responsáveis e inocentes em relação ao que acontece com elas, sendo autoras de boa parte de suas escolhas e omissões”.

Fica aqui a nossa homenagem a todas as mulheres que, mesmo de forma anônima, ajudaram na construção deste pujante Estado do Paraná. Como disse Fernando Pessoa: “Tenho em mim todos os sonhos do mundo”.

Peço a todos, homens e mulheres, jamais deixem de sonhar, de acreditar em melhores oportunidades para nós, paranaenses e brasileiros!”

Quero citar aqui o Quarto Mandamento, que é uma homenagem especial à mãe que aqui está, Dona Íris Ana que muito contribuiu, que muito me ajudou a chegar onde estou com a sua franqueza, sua determinação, com a sua garra, sua luta, sua vontade de viver, mas sempre nos ensinou os princípios. Quero ler, em sua homenagem, mãe, o quarto mandamento da lei de Deus, que nos ensina “honra teu pai e tua mãe para que se prolongue o teu dia na terra que o Senhor Deus de dá”. Obrigada mãe pela vida, pela sua bondade, por tudo o que a senhora nos ensinou, porque a senhora sempre nos ensinou desde pequena a servir o próximo e assim é que nós estamos aqui nessa missão.

Muito obrigado a todas.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Concedo a palavra à Deputada Luciana Rafagnin.

### ***Deputada Luciana Rafagnin (PT)***

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Quero saudar à nossa Mesa, cumprimentando a nossa Presidente na Sessão de hoje, Deputada Arlete Caramês; cumprimentar à 2ª Secretária, Deputada Elza Correia, também Presidente do Conselho da Mulher em nosso Estado; cumprimentar à nossa 2ª Secretária, cumprimentar a nossa colega Secretária da Cultura, Sra. Vera; cumprimentar a Dra. Clair, nossa Deputada Federal, de uma maneira especial saudar a todas vocês companheiras e companheiros que acompanham a Sessão de hoje. Saudar também à minha mãe, que também acompanha essa Sessão, que também é um exemplo de mulher de luta e coragem, que passou muitos bons exemplos, acredito que pelo menos tentamos repassar tudo de bom que aprendemos com ela.

Fala hoje, como disse a Deputada Elza, é um dia que nos emociona, porque estamos novamente discutindo a questão da mulher. É um dia que nos traz sobre o por que do 8 de março; por que calaram a voz das 129 mulheres que se organizaram, que buscavam melhores condições de trabalho, que buscavam uma vida digna. Entendemos que essa reflexão que fazemos sobre o 8 de março, ele é um momento que deixa marcado na história, que a morte dessas 129 mulheres não foi em vão e que a tentativa de calar a voz dessas mulheres que estavam lutando por seus direitos, era tentar acabar com qualquer iniciativa de organização das mulheres.

Isso nos deixa uma grande reflexão neste dia, assim como nos deixa sempre o exemplo de continuarmos lutando porque temos, sim, muitos motivos para comemorar, mas também temos muito a fazer na nossa sociedade.

Queria trazer um pouco presente a história política brasileira. Ela é bem recente, mas tem episódios significativos que precisamos lembrar, precisamos valorizar. 1917 acontece a primeira passeata em favor do voto feminino, liderado por uma professora, Deolinda Daltro, fundadora do Partido Republicano. Passaram-se quinze anos. E em 1932, no Governo de Getúlio Vargas, foi promulgado então o novo Código Eleitoral, garantindo o direito ao voto às mulheres. Já em 1933, foi eleita a primeira Deputada, a primeira mulher para a Assembléia Constituinte, que foi a Deputada Carlota de Queiroz. Avançamos mais 45 anos de história, e em 1979 aconteceu que a primeira mulher veio a ocupar um cargo de Senadora da República, foi Eunice Michilles. Ela era suplente de senador e assumiu a vaga com o falecimento do titular. Só em 1990 é que elegemos a primeira senadora no nosso país, a Senadora Júnia Marise. E em 1994 que foi eleita a primeira Governadora, Roseana Sarney.

Mesmo com a conquista do voto feminino, a igualdade de direitos prevista na Constituição Federal e com

outros tantos avanços é que as mulheres, por conta de muita luta, e até os dias de hoje, vêm buscando seu espaço e tornando a participação na política maior, embora bastante pequena.

As mulheres representam mais da metade da nossa população e significam 40% da população economicamente ativa, e a participação da mulher na política não chega a 10%. Infelizmente, esta é uma realidade internacional, pois apenas 15 dos 186 países do mundo que possuem instituições legislativas, registram uma participação feminina acima dos 30%.

Com base nos resultados eleitorais dos últimos anos, o CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria, apurou que as mulheres representam apenas 8,6% dos legisladores, entre Deputados e Senadores no Congresso Nacional; 12% nas assembleias estaduais; 7% nos governos estaduais; e perto de 6% nas prefeituras municipais. Não precisamos ir muito longe. Aqui nesta Casa, de 54 parlamentares, apenas quatro mulheres. Esperamos que este ano o número cresça e a participação da mulher aumente, tornando mais equilibrada a representação popular, até porque a mulher carrega consigo um jeito todo especial de pensar e propor políticas públicas que dediquem uma atenção ao bem-estar das pessoas, da família, e que enfoquem a qualidade de vida. Conquistas e políticas que vêm em benefício das pessoas, vêm quase sempre pelas mãos das mulheres.

Foi assim com a aposentadoria dos agricultores e das agricultoras. Foi assim com o salário-maternidade. E também com tantas outras lutas, como na saúde, na educação. E assim também está sendo na luta pela aposentadoria da dona de casa. Uma luta muito grande e muito importante e que já está assegurada no texto da Constituição Federal, no artigo 201, parágrafos 12 e 13, mas está aguardando sua regulamentação. Sobre este mesmo texto, sobre esta mesma emenda, está tramitando no Congresso Nacional uma proposta de regulamentação da própria autora do projeto, a Deputada Luci Choinaski.

Com certeza esta é uma grande conquista para todas nós mulheres, e bem merecida. O reconhecimento às nossas mulheres donas de casa. E, agora, nesta próxima quarta-feira, no dia 8 de março, acontece a terceira marcha das mulheres até Brasília. Na reivindicação já está marcada uma audiência com o Vice-Presidente ou Presidente em exercício, que vai receber as mulheres para tratar deste assunto, que é a regulamentação do projeto que prevê a aposentadoria para as donas de casa. Este ato é importante e esperamos, o mais breve possível, vermos regulamentado este projeto.

Aumentar a participação das mulheres nas instâncias decisivas é fazer disso uma bandeira importante. É o que reflete em benefícios diretos à população. Faz-se necessário, também, para resguardar os direitos da mulher e corrigir as desigualdades absurdas. Hoje, de acordo com o IBGE, a remuneração média das mulheres não chega a 70% do que é pago aos homens, para exerce-



rem a mesma função. Ou seja, o salário das mulheres não chega a 30% do que ganha o homem.

É importante, também, destacar que a mulher sempre tem a dupla jornada, e cerca de 93% das mulheres que trabalham fora de casa são as mesmas mulheres que acabam desempenhando todo o trabalho doméstico.

Sem aumentar a participação da mulher nas tomadas de decisões e definir ações e políticas específicas no atendimento, não corrigiremos as injustiças sociais, o preconceito e as desigualdades. No entanto, é bom destacar algumas ações que vêm sendo feitas, e aqui gostaria de destacar uma ação do Governo Lula, que é a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculada à Presidência da República, e vem sendo um passo muito importante na busca e nos avanços maiores, na luta da mulher.

Já foi possível pautar nas agendas de trabalho de todos os Ministérios do Governo, ações voltadas ao atendimento da mulher, o que já vem repercutindo em vitórias importantes, como a elaboração do Plano Nacional de Políticas às Mulheres, por meio de conselhos públicos; as estratégias nacionais para combater a violência contra a mulher, e a instituição no SUS, do parto acompanhado. São todas experiências bem sucedidas, e que esperamos que realmente a ação se torne ainda maior para que possamos vencer; como a questão, que considero a principal e principal desafio que nós mulheres temos, que é vencer realmente a violência que ocorre contra a mulher.

É importante destacar também - a Deputada Elza já falava na questão do Chile, nação que é nossa irmã latino-americana, onde a primeira mulher eleita para a Presidência, Michelle Bachelet, que tomará posse no próximo dia 11 de março, afirmou que nomeará para os seus ministérios dez Ministras e dez Ministros. Isso é uma ação que deveria ser copiada inclusive pelo nosso país.

E para finalizar, quero então parabenizar a todas as mulheres pelo dia 08 de março, pelo Dia Internacional da Mulher, parabenizar as homenageadas.

Com certeza não é simplesmente por serem mulheres que vocês estão aqui, mas porque têm uma trajetória marcada de lutas e de conquistas.

Então, parabéns a todas vocês, e não podemos nunca esquecer que é preciso acreditar num mundo solidário, que é preciso sonhar para ver acontecer, que é preciso doar-se para criar vida, que é preciso lutar para obter as conquistas, que é preciso saber repartir para poder ganhar, que é preciso ter persistência para vencer os preconceitos e que é preciso participar para ser cidadão e ter fé para ser feliz.

Parabéns a todas vocês, mulheres!

**(Apresentação musical)**

**A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)**

Desculpe a quebra do protocolo, mas acho fundamental, na pessoa da Tenente-Coronel Rita Aparecida de

Oliveira que está aqui, fazer uma homenagem a todas as companheiras da Polícia Militar. Com ajuda de todos os Deputados, apresentamos uma lei para que até 50% de mulheres participassem da Polícia Militar. A lei anterior era de 0% a 6% e nunca chegava a 6%.

Foi sancionada essa lei pelo Governador Roberto Requião. É uma justa homenagem às batalhadoras e guerreiras policiais-militares do Estado do Paraná.

Muito obrigada!

## ***Realização da Homenagem:***

**A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)**

Solicito ao mestre de cerimônia para que proceda à chamada nominal das mulheres homenageadas e convido as ilustríssimas senhoras da Apasde para que procedam à entrega da escultura pinhão de ouro - símbolo do Estado do Paraná, às nossas homenageadas.

**O SR. PAULO (Mestre de Cerimônia)**

**Fani Lerner** - Ex-Primeira Dama. Foram construídas mais de quinhentas creches; Programa Vale-Creche - 86 creches em parceria com empresários; Programa Super Sopa em parceria com fornecedores do Ceasa e do Instituto Ayrton Senna; Programa Da Rua Para a Escola - retirou oitenta mil crianças da rua e encaminhou para as escolas com dinheiro do Estado;

**Tânia Meri Gomez** - Presidente da Associação Amigas da Mama;

**Dra. Ana Claudia Machado** - Delegada do Nucria;

**Débora Dias** - Ex-Primeira Dama;

**Suzana Slaviero** - Pioneira do Turismo Receptivo em Curitiba;

**Dra. Darly Rafael** - Delegada da Mulher/Curitiba;

**Niva Khury** - Viúva do Presidente Anibal Khury; representante de todas as esposas de ex-Presidentes da ALEP;

**Cloris Casagrande Justen** - Presidente do Centro Paranaense Feminino de Cultura; planejou e coordenou a construção e a instalação da nova sede do Centro Paranaense Feminino de Cultura; Governadora do Soroptimist of the Americas - Região Sul; Vice-Governadora do Elos Clube Internacional - Paraná e Santa Catarina;

**Arlete Richa** (José Richa) - Ex-Primeira Dama;

**Lorete Tacla** - Empresária de destaque;

**Rosy de Sá Cardoso** - Primeira jornalista registrada no Paraná em 1948 - 58 anos de jornalismo - 28 anos de Gazeta do Povo;

**Juril Carnasciali** - Jornalista com 57 anos de jornalismo - 50 anos de Gazeta do Povo;

**Maly Benatti** - Prefeita de Nova Esperança e Presidente da Amusep (Associação dos Municípios do Norte do Paraná) (a Deputada Cida Borghetti irá receber a homenagem);

**Dra. Clair** - Deputada Federal;

**Selma Schons** - Deputada Federal;

**Fernanda Bernardi Vieira Richa** - Primeira Dama de Curitiba;

**Marila Riella** - Diretora de Comunicação da Fundação Pró-Renal; Diretora-Presidente da Nutrovit Laboratórios, produtora de medicamentos para pacientes renais;

**Alba Regina Pereira de Leão Bucchi** - Presidente da ABPW (Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba); integrante da Comissão dos Amigos do Hospital de Clínicas; integrante do Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial - FIEP/CIETEP;

**Avani Tortato Slomp Rodrigues** - Presidente do Conselho da Mulher Executiva da Associação Comercial do Paraná; membro da Diretoria da ACP;

**Eunice Zacharow** - Membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba; Coordenadora do setor de voluntariado do Hospital Universitário Evangélico de Curitiba, desde 1990; conta com mais ou menos mil voluntárias em áreas diversas, tendo como objetivo proporcionar melhoria no atendimento ao paciente hospitalizado;

**Ety Cristina Forte Carneiro** - Presidente da ONG APPAM (Associação de Pais e Amigos das Crianças Portadoras de Mielomeningocele); Vice-Presidente do CEDCA (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente); Diretora de Relações Institucionais e Marketing do Hospital Pequeno Príncipe;

**Nice Braga** - Ex-Primeira Dama;

**Maristela Quarenghi de Mello e Silva** - Primeira-Dama do Paraná;

**Emília de Salles Belinati** - Primeira mulher a assumir o Governo do Estado;

**Deputada Ironi Pugliesi** - Foi Deputada nas 10ª, 11ª e 13ª Legislaturas;

**Deputada Lygia Pupatto** - Foi Deputada Estadual na 13ª Legislatura; Reitora da UEL;

**Deputada Luciana Rafagnin;**

**Deputada Arlete Caramês;**

**Deputada Elza Pereira Correia Müller;**

**Deputada Maria Aparecida Borghetti;**

**Maria de Lourdes Bezerra de Sousa - Dona Lurdes** (PSDB) - Vereadora de Curitiba;

**Julieta Côrtes Reis** (PSB) - Vereadora de Curitiba;

**Nely Lúcia Valente Almeida** - Vereadora de Curitiba com mais mandatos (está no 5º mandato);

**Professora Josete** (PT) - **Josete Dubiaski** - Vereadora de Curitiba;

**Roseli Isidoro** (PT) - Vereadora de Curitiba;

**Regina Helena Afonso de Oliveira Portes** - Desembargadora mais antiga do TJ;

**Sônia Marisa Taques Mercer** - Procuradora de Justiça mais antiga (e mais antiga no Conselho do Ministério);

**Haydée Guérios Bittencourt** - Primeira Procuradora do Estado do Paraná (está aposentada);

**Dra. Lair Carmen Guimarães** - Procuradora-Chefe da procuradoria Regional do Trabalho. Agradecemos a presença da sub-chefe: Maria Guilhermina dos Santos Vieira Camargo;

**Dra. Maria Tereza Uille Gomes** - Procuradora do Estado; primeira mulher a assumir a Procuradoria Geral em mais de cem anos; Presidente da Associação Paranaense do Ministério Público;

**Chariz Negrão Tonhozi** - Corregedora da Polícia Civil;

**Dalzira Maria Aparecida** - Coordenadora do Grupo de União e Consciência Negra do Paraná;

**Carlota Volpe de Maré** (conhecida como Tita) - Representante da Rede Feminina de Combate ao Câncer do Hospital Erasto Gaertner; Voluntária do Hospital Erasto Gaertner;

**Terezinha Beraldo Pereira** - Secretária da Mulher em Maringá; membro do Conselho Municipal da Mulher de Maringá;

**Hulda Lia Francener** - Atua na Região de Guaruapuava;

**Maria Vieira Pereira** - Líder camponesa (trabalha com farmácia popular - ervas medicinais);

**Maria Salete Echer** - Representante da Fetraf Sul/PR;

**Maria Izabel da Silva** - Líder dos Posseiros de Pinhão (agricultora);

**Tenente-Coronel Rita Aparecida de Oliveira** - Primeira mulher promovida a Tenente-Coronel da Polícia Militar do Paraná e da Região Sul do país; realizou o planejamento para o aumento das vagas femininas no ingresso de policiais-militares na Polícia Militar (antes era de 06% e hoje chega a 50%);

**Marise Euclides Faigenblum** - Especialista em soja na alimentação humana e na merenda escolar; autora do livro Delícias de Soja, publicado em 1988 pela Embrapa; pesquisadora do Instituto Internacional de Soja - Universidade de Illinois - EUA, por quatro anos; consultora internacional sobre processamento de soja e implantação de programas sociais em educação alimentar; implantadora e coordenadora do Nutrisoja na Prefeitura Municipal de Curitiba - Secretaria Municipal do Abastecimento; formuladora dos produtos do Paiol de Soja, empresa pioneira em alimentos derivados de soja; economista doméstica;

**Dra. Lúcia Salvaro** - Voluntária da Associação da Caridade São Vicente de Paula do Abranches; Coordenadora Paroquial da Pastoral da Criança;

**Célia Dolores Proença Cezimbra** - Fundadora do Cridespar - Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida do Paraná e do Grupo Acalanto;

**Loyse Maria Manfredini Bassetti** - Idealizadora dos primeiros cursos técnicos na área de design de interiores, paisagismo, gestão de eventos, gerenciamento de obras na construção civil do Estado do Paraná; Presidente da Associação Cruzada Social Cosme e Damião de Proteção à Infância e Maternidade;

**Maria Elza Rossi Cechinel** - Primeira mulher a assumir uma oficina mecânica no Paraná (comanda doze funcionários);

**Wilma Kaiel** - Coordenadora da União Brasileira de Mulheres; Coordenadora do Fórum Popular para as Mulheres; Conselheira do Conselho Estadual da Mulher; Conselheira do Conselho Estadual da Saúde;

**Sara Cavalcanti** - Diretora da União de Estudantes Secundaristas; Primeira Presidente da União Paranaense de Estudantes Secundaristas; participa da Executiva da União da Juventude Socialista;

**Vera Maria Haj Augusto** - Secretária de Estado da Cultura; uma das fundadoras do Departamento Feminino do PMDB; foi Presidente do Conselho da Condição Feminina do Paraná, em 1991; e Secretária do Conselho Municipal da Condição Feminina de Curitiba; foi Assessora para Assuntos da Mulher da Prefeitura Municipal de Curitiba;

**Paula Goto** - Organizadora do 1º Encontro Estadual de Mulheres do BB em 2001; primeira Presidente mulher da Umes - Maringá; é fundadora e Presidente da União Brasileira de Mulheres - Maringá - entidade com assento no Conselho Municipal de Saúde e no Conselho Municipal da Mulher de Maringá.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Passamos a palavra à Deputada Federal Clair.

## ***Deputada Federal Doutora Clair***

A SRA. CLAIR

Exma. Deputada Arlete Caramês, queridas Deputadas Cida Borghetti, Luciana Rafagnin, Elza Correia, Secretária Estadual das Mulheres do Paraná, nossa também Secretária da Cultura do Paraná, Vera Mussi, convidados, Deputados, Vereadoras e Vereadores, senhoras e senhores.

Com muito orgulho que, em nome de tantas homenageadas, venho agradecer a homenagem que nos foi prestada pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Queremos, nós convidadas e homenageadas, estender essa homenagem a todas as mulheres que lutaram ao longo do tempo pela igualdade dos homens e das mulheres na sociedade. Estender a homenagem àquelas que morreram queimadas ao defender a redução da jornada de trabalho, à equiparação salarial entre os homens e as mulheres. Àquelas que lutaram e lutam contra a violência que é praticada contra as mulheres, àquelas que lutam e lutaram pela inserção da mulher no mercado de trabalho. Àquelas que lutaram e lutam pelo direito ao voto e pela participação política das mulheres na sociedade.

Queremos, nós homenageadas, estender essa homenagem a todas as mulheres anônimas que ajudaram a construir essa nação, grande nação que é o nosso Brasil. Foi uma longa caminhada até os nossos dias. E muitas batalhas foram travadas para que chegássemos à situação

atual e pudéssemos aqui comemorar o Dia Internacional da Mulher.

Tivemos muitos avanços, mas temos ainda muitos desafios. Na sociedade há ainda muita discriminação, tanto que se diz que a pobreza tem cores e gêneros, pois as mulheres têm renda menor que os homens. Também as manchetes dos jornais estampam notícias diárias sobre as nossas meninas, crianças se prostituindo, vendendo seu corpo para sobreviver. A mortalidade materna é uma realidade, assim como a gravidez precoce das nossas crianças adolescentes. São problemas que temos que resolver. No Governo e no Congresso Nacional há muitas políticas sendo implementadas e muitos projetos em tramitação que objetivam coibir a violência contra a mulher, garantir às mulheres os mais diversos direitos e abolir toda a forma de discriminação contra as mulheres.

Assim, temos que continuar esta luta por políticas específicas de gênero e por um modelo econômico capaz de garantir uma sociedade mais humana, mais justa e mais igualitária.

Então, mulheres, queria, neste momento, dar um viva a todas as mulheres brasileiras. Vamos lá: viva às mulheres brasileiras que ajudaram a construir este Brasil!

Muito obrigada!

## ***Encerramento da Homenagem:***

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Esta Presidência deseja expressar seu mais profundo agradecimento pela presença das mais altas autoridades civis, militares e representantes do Corpo Consular, da cantora Maria Madalena Martins Alves, da Banda de Música da Polícia Militar do Paraná, bem como dos demais presentes, honrando e dignificando o Poder Legislativo paranaense.

Após esta homenagem, convidamos os presentes para a inauguração da galeria "Mulheres no Poder Legislativo", por proposição da Deputada Elza Correia, no hall de acesso do prédio administrativo.

Convido a todos a ouvirem o Hino do Paraná, a ser executado pela Banda da Polícia Militar, após o quê estará encerrada a presente solenidade.

**(É executado o Hino do Paraná)**

Esta Presidência suspende a Sessão por cinco minutos para os cumprimentos.

**(Suspensa a Sessão)**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Reiniciando a Sessão, damos prosseguimento aos nossos trabalhos.

## O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme artigo 88, parágrafo 1º do Regimento Interno.

## O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Mensagens**

MENSAGEM Nº 009/06

Curitiba, 15 de fevereiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a reversão do imóvel situado no município de Conselheiro Mairinck, constituído por parte dos lotes nºs 01, 02 e 06, do quarteirão nº 09, naquele município, matriculado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Ibaiti, sob nº 3.809, Livro nº 02, doado ao Estado do Paraná.

A medida ora proposta consulta aos superiores interesses da Administração e da Sociedade, tendo em vista que o imóvel fora doado ao Estado do Paraná com a finalidade de construção de um Destacamento da Polícia Militar naquele município, o que não foi levado a termo.

O Executivo Municipal, no expediente a mim encaminhado, esclareceu que pretende a utilização do imóvel para incrementar o desenvolvimento econômico local.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a reversão ao Município de Conselheiro Mairinck, do imóvel constituído por partes dos lotes nºs 01, 02 e 06, do quarteirão nº 09, nesse município, conforme especificações constantes da matrícula nº 3.809, Livro nº 02, do Ofício de registro e Imóveis da Comarca de Ibaiti.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será utilizado pelo município de Conselheiro Mairinck exclusivamente para implantação de projetos para o desenvolvimento econômico do município, não podendo ter finalidade diversa, sob pena de esta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e benfeitorias ao patrimônio do Estado, sem direito a ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. **À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 010/06

Curitiba, 15 de fevereiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso situado no município de Quatiguá, localizado na rua Amazonas, esquina com a rua Minas Gerais, com área de 925,00m², constituído de edificação com 167,00m², matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Joaquim Távora, sob nº 3.234, Livro 3-D.

A medida ora proposta consulta aos superiores interesses da Administração e da Sociedade, tendo em vista que no imóvel se desenvolviam as atividades da Agência de Rendas Estadual, a qual teve suas atividades encerradas em novembro de 2005.

A titular da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, no expediente a mim encaminhado, esclareceu que o Tesouro do Estado não arca com despesas de locação em Quatiguá e que, consultados os órgãos que possuem unidades descentralizadas, nenhum demonstrou interesse no imóvel. No entanto, o Executivo Municipal pretende a utilização do imóvel para a melhoria da capacidade operacional da Administração.

Por outro lado, vale ressaltar que no texto do anteprojeto de lei em referência figuram disposições expressas quanto a exclusiva utilização pela Prefeitura Municipal e, ainda, de retomada pelo Estado caso haja descumprimento de finalidades.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao Município de Quatiguá, do imóvel constituído pela data de terras com áreas de 925,00m², contendo edificação com 167,00m², localizado na rua Amazonas, esquina com a rua Minas Gerais, naquele município, conforme Transcrição das Transmissões sob nº 3.234, Livro 3-D, do Registro de Imóveis da Comarca de Joaquim Távora.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será utilizado pelo Município de Quatiguá exclusivamente para o funcionamento de atividades do serviço público municipal, ficando a presente cessão revogada, a qualquer momento, em caso de comprovar-se utilização diversa, revertendo o imóvel e benfeitorias ao patrimônio do Estado, sem direito a ressarcimentos.



ACRÉSIMO DA RECEITA DESCENTRALIZADA		ANEXO III			FL. 02 R\$ 1,00
Cód.	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	Valor	Processo
	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior				
4546	Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR				
1600.16.00	Serviços Educacionais	250	95	115.000	0148
<b>Total</b>				<b>115.000</b>	

REDUÇÃO DA RECEITA DESCENTRALIZADA		ANEXO IV			FL. 02 R\$ 1,00
Cód.	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	Valor	Processo
	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior				
4546	Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR				
1761.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	281	95	115.000	0148
<b>Total</b>				<b>115.000</b>	

SUPLEMENTAÇÃO DE OBRAS				ANEXO V		FL. 03 R\$ 1,00
Cód.	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	Alo	Valor	Processo
4500	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior					
4546	Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR					
2226	Administração e manutenção do ensino superior em União da Vitória					
854	União da Vitória					
0001	Construir salas de aula	250	95	L	115.000	0148
Total		OF		L	115.000	

## MENSAGEM Nº 012/06

Curitiba, 22 de fevereiro de 2006.

Senhor Presidente:

Na conformidade do disposto no artigo 116, da Constituição Estadual, tenho a honra de vir à presença de V. Exa., a fim de submeter à aprovação dessa augusta Assembléia Legislativa, o nome do Dr. Milton Riquelme de Macedo, para recondução ao cargo de Procurador-Geral de Justiça.

Devo esclarecer que o escolhido figurou na lista de nomes indicados em eleição realizada pelos integrantes do Ministério Público, na forma dos artigos 15 e seguintes, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, cujo resultado está contido no Ofício nº 367/06, da Procuradoria-Geral de Justiça.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica aprovado o nome do Dr. Milton Riquelme de Macedo para ocupar o cargo de Procurador-Geral da Justiça, com mandato de 02 (dois) anos, contados a partir da data da posse.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06.03.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

MENSAGEM Nº 013/06

Curitiba, 01 de março de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por esta augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a instituição do Serviço Social Autônomo Paranacidade, revogando a Lei Estadual nº 11.498, de 30 de julho de 1996, alterada pelas Leis Estaduais nºs 12.651, de 23 de setembro de 1999, 12.966, de 25 de outubro de 2000 e 14.045, de 05 de maio de 2003.

As leis cujas revogações são propostas, foram consideradas, conforme estudos feitos pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, necessárias à adequação exigida pela edição da Lei de Responsabilidade Fiscal que impôs o aperfeiçoamento e correções nas normas relacionadas ao Paranacidade.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, demonstrando a conveniência e oportunidade da medida, formula a justificativa nos seguintes termos:

*... com o passar do tempo, outros fatores se inseriram no contexto inicialmente preconizado pela lei de criação da entidade, como a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo, que naturalmente passou a exigir o aperfeiçoamento e correções nas normas relacionadas ao Paranacidade.*

*Inúmeras questões de natureza institucional foram levantadas pelos agentes externos a ele relacionado, em especial a Procuradoria Geral do Estado - PGE, o Tribunal de Contas do Estado - TCE, o Ministério Público - MP e essa Casa de Leis, através da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, instituída em 17.03.2003, sendo imperiosa a aprovação da presente Lei Estadual para a correção das distorções apontadas na atuação da entidade no Estado do Paraná.*

*Por outra parte, não há como deixar de reconhecer a importância da Entidade no cenário estadual e por que não dizer mundial, na sua atuação na gestão de recursos advindos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.*

*Produzindo e desenvolvendo uma expertise que se tornou referência para outros Estados e Nações que con-*

*tratam o BID a ponto de ser indicada como consultora modelo na área de gestão técnica, operacional e administrativa destes recursos ou fundos para o desenvolvimento.*

*Também são motivos para aprovação da proposta, a generalização da finalidade do Paranacidade como a de fomentar e executar atividades e serviços não exclusivos do Estado relacionados ao desenvolvimento institucional, urbano e regional, buscando dotar o Estado de uma entidade de assessoramento técnico especializado na implantação e implementação de ações constantes da política de desenvolvimento urbano e regional, traçadas para o Estado do Paraná e na gestão de recursos públicos, sem no entanto interferir em assuntos de competência e decisão exclusiva do Estado.*

*Por tudo isso, espera-se que através da aprovação do projeto de ato normativo a seguir apresentado, seja atendida a necessidade da providência a ser tomada para a adequação das demais normas atinentes a atividades da Entidade, bem como do procedimento de execução de uma Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná jamais feita em nosso País.*

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

## Capítulo I

## Da Organização

Art. 1º Fica instituído o Paranacidade, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse público, sob a modalidade de organização social, tipificada como serviço social autônomo, com a finalidade de fomentar e executar atividades e serviços não exclusivos do Estado, relacionados necessariamente:

I - ao desenvolvimento regional, institucional e urbano;

II - a administração de recursos e de fundos financeiros públicos, destinados ao desenvolvimento urbano, regional ou institucional, em especial o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988.

§ 1º O prazo de duração do Paranacidade é indeterminado.

§ 2º O exercício financeiro do Paranacidade coincide com o ano civil.

§ 3º O Paranacidade reger-se-á por esta lei e por seu estatuto.

§ 4º O Paranacidade tem sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º O Paranacidade se vinculará, por cooperação, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento

Urbano - SEDU, que se incumbirá de supervisionar a sua gestão e administração, observadas as orientações normativas que emitir e em conformidade com o Contrato de Gestão, que com o Estado subscrever, nos termos previstos nesta lei.

§ 1º O Superintendente do Paranacidade é o Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, a quem compete controlar e avaliar as suas ações, em consonância com a política de desenvolvimento urbano e regional para o Estado do Paraná, bem como dos planos, programas, projetos, produtos e serviços, aprovados pelo Conselho de Administração do Paranacidade.

§ 2º O Superintendente do Paranacidade tomará posse perante o Conselho de Administração, em reunião convocada para este fim.

Art. 3º A direção superior do Paranacidade é constituída, respectivamente:

I - pelo Conselho de Administração, de natureza deliberativa, consultiva, de controle e normativa, composto por 01 (um) membro honorário, 3 (três) membros natos e 5 (cinco) membros efetivos;

II - pela Diretoria Executiva, composta por 01 (um) Superintendente, 1 (um) Superintendente Executivo, 1 (um) Diretor de Operações e 1 (um) Diretor de Administração e Finanças.

Art. 4º O Conselho de Administração do Paranacidade, constituído através de Decreto do Governador, é composto de 9 (nove) membros, sendo:

I - O Superintendente do Paranacidade o membro honorário;

II - 03 (três) membros integrantes do Poder Executivo, sendo obrigatoriamente:

a) Secretário de Estado da Fazenda;

b) Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; e

c) Secretário de Estado do Meio Ambiente.

III - 05 (cinco) membros representantes da sociedade civil organizada nomeados pelo Governador do Estado, serão escolhidos entre profissionais nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia ou integrantes de entidades representativas dos Municípios do Estado do Paraná.

Art. 5º O Superintendente do Paranacidade e os membros do Conselho de Administração não perceberão qualquer remuneração ou vantagens pelos serviços que prestarem ao Paranacidade, que serão considerados de relevante interesse público.

Art. 6º Os cargos de Superintendente Executivo, Diretor de Operações e Diretor de Administração e Finanças são de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

## Capítulo II Dos Objetivos

Art. 7º O Paranacidade tem por objetivos:

I - cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta Lei, bem como, outros Contratos de Gestão que venham a ser firmados pela entidade;

II - executar ações da política de desenvolvimento institucional, urbano e regional para o Estado do Paraná, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

III - atuar, de acordo com as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional do Estado do Paraná e seus municípios;

IV - constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, as características sócio-econômicas e a capacidade financeira dos municípios;

V - atuar em intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional dos estados e seus municípios;

VI - contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos municípios;

VII - incentivar os Municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;

VIII - promover o desenvolvimento tecnológico, bem como de metodologias, produtos e serviços destinados a profissionais e entidades públicas ou privadas, relacionados à sua área de atuação e destinados à promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;

IX - publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal;

X - administrar recursos e fundos financeiros públicos, atendidas as disposições do artigo 1º desta lei, em especial o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei n.º 8.917 de 15 de dezembro de 1988, sem prejuízo do disposto no artigo 35 da Lei Complementar n.º 101, de 04.05.2000;

XI - propiciar condições para operações de financiamentos com recursos internos ou externos que constituem o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, a empresas ligadas ao Estado do Paraná, cujas atividades fins estejam voltadas ao desenvolvimento regional e urbano.



Art. 8º A fim de propiciar a consecução dos objetivos previstos nos incisos XI e XII do artigo anterior ficam acrescidos ao artigo 1º da Lei 8.917, de 15 de dezembro de 1988, os seguintes parágrafos, que terão a seguinte redação:

“Art. 1º...

§ 1º Sem prejuízo do caráter rotativo do FDU, poderão ser utilizados recursos financeiros, a título não reembolsável: a) em programas que utilizem recursos internacionais e que visem a implantação de ações de desenvolvimento urbano, desde que tais recursos constituam-se em contrapartida local; b) em programas e ações especiais instituídos pelo Poder Executivo Estadual, sendo que, neste último caso, a utilização dos recursos financeiros estará limitada ao equivalente a 45% (quarenta e cinco por cento) do resultado líquido do FDU do exercício financeiro anterior.

§ 2º Para fins de aplicação do parágrafo anterior, entende-se por resultado líquido do exercício, o valor referente à soma dos juros auferidos do retorno das operações de crédito concedidas pelo FDU e dos rendimentos das aplicações financeiras, subtraídas as despesas.

§ 3º No exercício de 2006, poderão ser destinados recursos, na forma estabelecida no parágrafo 1º, referente ao resultado líquido dos últimos três exercícios financeiros.”

Art. 9º O Paranacidade poderá celebrar convênios, contratos e acordos, ajustes, parcerias e consórcios com pessoas físicas, jurídicas de direito público e privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais, a fim de realizar os seus objetivos institucionais e cumprir as suas funções, atendidas as exigências do Contrato de Gestão subscrito com o Estado e outras estabelecidas nesta lei.

### Capítulo III

#### Da Competência e Atribuições dos Órgãos da Administração Superior

Art. 10. Ao Conselho do Paranacidade compete:

I - aprovar o seu Regimento Interno;

II - cumprir e fazer cumprir o Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Paraná, nos termos previstos nesta lei, bem como outros Contratos de Gestão que venham a ser firmados pela entidade;

III - fixar as diretrizes e prioridades de atuação da entidade, em consonância com a política de desenvolvimento urbano e regional para o Estado do Paraná;

IV - aprovar os planos anuais de ação estratégica, os planos de trabalho e de metas, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual da entidade, apresentados pela Diretoria Executiva, bem como eventuais alterações necessárias nestes instrumentos;

V - aprovar os demonstrativos contábeis e financeiros, o balanço social e os relatórios de gestão da entidade,

apresentados pela Diretoria Executiva, bem como eventuais alterações nestes instrumentos;

VI - fixar as diretrizes e prioridades na gestão dos fundos financeiros públicos de responsabilidade do Paranacidade, em consonância com a regulamentação específica de cada um deles;

VII - ficar as diretrizes e prioridades na gestão do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8917 de 15 de dezembro de 1988, em consonância com a política de desenvolvimento urbano e regional para o Estado do Paraná;

VIII - aprovar os planos anuais de ação estratégica, os planos de trabalho e de metas, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, de responsabilidade da Diretoria Executiva, de cada um dos fundos financeiros públicos geridos pelo Paranacidade, inclusive os do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8917 de 15 de dezembro de 1988, bem como eventuais alterações nestes instrumentos;

IX - aprovar os demonstrativos contábeis e financeiros, o balanço social e os relatórios de gestão, de responsabilidade da Diretoria Executiva, de cada um dos fundos financeiros públicos geridos pelo Paranacidade, inclusive os do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8917 de 15 de dezembro de 1988, bem como eventuais alterações neste instrumentos;

X - constituir quando julgar necessário, administrar e coordenar os trabalhos da Comissão Especial de Avaliação, prevista no parágrafo 1º, inciso VII e parágrafos do artigo 17 desta lei, bem como definir as atribuições previstas;

XI - delegar competência à Diretoria Executiva para prática dos atos concernentes às atividades operacionais da entidade;

XII - aprovar o estatuto da entidade, bem como, as suas alterações;

XIII - aprovar a política e o plano de cargos, salários e benefícios, inclusive a definição das funções necessárias, bem como os regulamentos próprios da entidade, todos por proposta da Diretoria Executiva e as eventuais alterações propostas nos referidos documentos, submetidos à homologação do Governador;

XIV - fixar os limites da alçada para a ação da Diretoria Executiva;

XV - definir o objeto de auditoria interna e externa para as operações da entidade;

XVI - aprovar a contratação de auditoria externa independente, quando for o caso;

XVII - exercer as demais atribuições indispensáveis à administração da entidade.

Art. 11. A competência, atribuição e funcionamento da Diretoria Executiva e das demais unidades do Paranacidade serão definidas em Estatuto.

Art. 12. O Presidente do Conselho de Administração será o Secretário de Estado da Fazenda.

Art. 13. O Conselho de Administração deve reuniu-se ordinariamente, no mínimo, quatro vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo.

Art. 14. Os membros do Conselho de Administração, quando indicados para integrar o quadro da administração superior da entidade, devem renunciar das funções de conselheiros.

Art. 15. O mandato dos membros do Conselho de Administração será de dois anos, podendo ser renovado uma única vez, por igual período.

#### **Capítulo IV**

##### **Do Estatuto e do Registro**

Art. 16. O Conselho de Administração aprovará por proposta do Superintendente do Paranacidade, o Estatuto da entidade, que será submetido à deliberação do Governador, para homologação, mediante ato próprio.

§ 1º Aprovado o Estatuto, o Presidente e Secretário do Conselho de Administração procederão à elaboração dos atos jurídicos que se fizerem necessários para concretizar a instituição estipulada nesta lei, promovendo o seu registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

§ 2º A reforma do Estatuto depende de proposta do Superintendente, da Diretoria Executiva ou de membro do Conselho de Administração.

§ 3º As alterações do Estatuto da entidade, após serem aprovadas pelo Conselho de Administração e homologadas pelo Governador, serão levadas para registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, por ato do Presidente e Secretário do Conselho de Administração.

#### **Capítulo V**

##### **Do Contrato de Gestão**

Art. 17. O Paranacidade fica autorizado a celebrar Contrato de Gestão com o Poder Público Estadual, nos termos previstos nesta lei, bem como, seus aditivos, quando necessário.

Art. 18. O Contrato de Gestão referido no artigo anterior, para efeitos desta lei, é o instrumento técnico-jurídico, formal, de direito civil, celebrado entre o Estado do Paraná, por seu Governador, com a intervenção da Secretaria de Estado da Fazenda, representada pelo seu Secretário e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, representada pelo seu Diretor Geral, e o Paranacidade, por intermédio do seu Superintendente, com a finalidade de assegurar a sua autonomia técnica administrativa e financeira, com a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade e economicidade e, também, o seguinte:

I - prever as responsabilidades e os mecanismos de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação dos resultados, assegurando a adequada utilização dos recursos públicos;

II - determinar à Diretoria Executiva a elaboração de Regulamento próprio que discipline e normatize as regras para a captação de recursos humanos, observando os critérios de admissão previstos nesta lei, os princípios da legalidade, impessoalidade moralidade, transparência, legitimidade, publicidade e eficiência e que atenda os preceitos legais inscritos nesta lei, na Constituição Federal e na legislação atinente em vigor, além de permitir à entidade a busca do perfil funcional desejado, mantendo positiva a relação de custo benefício.

III - fixar as condições de repasse das verbas orçamentárias da entidade;

IV - formalizar contrato de locação, para atender o repasse dos bens móveis e imóveis da extinta Fampar ao Paranacidade, nos termos da legislação em vigor;

V - determinar a elaboração, até 30 de novembro de cada ano, para o exercício vindouro, de planos anuais de ação estratégica, os planos de trabalho e de metas, bem como as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual da entidade;

VI - determinar, para cada exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, a elaboração de relatório da gestão, dos demonstrativos contábeis e financeiros e do balanço social da entidade;

VII - determinar que a execução do Contrato de Gestão seja avaliada por Comissão Especial de Avaliação, sempre que o Conselho de Administração do Paranacidade assim julgar necessário, exclusivamente constituída para esta finalidade, subordinada ao Conselho de Administração do Paranacidade, formada por no mínimo 01 (um) técnico das seguintes Secretarias de Estado: da Fazenda, do Planejamento e Coordenação Geral e da Secretaria de Estado da Casa Civil, todos devidamente qualificados, experientes e com formação profissional compatíveis com a matéria em exame.

§ 1º São critérios de admissão, conforme referido no inciso II deste artigo, escolaridade, prova de conhecimentos, prova específica, prova prática, avaliação psicológica e exame médico.

§ 2º O regulamento a que se refere o inciso II, deste artigo, estabelecerá, obrigatoriamente:

a) quais os critérios, dentre os acima previstos, a serem aplicados, de acordo com o emprego a ser provido, havendo a possibilidade de aplicação integral ou parcial dos mesmos;

b) como formas de provimento, exclusivamente, o certame seletivo público, cargos em comissão, observado o disposto no parágrafo 6º do artigo 20 desta lei, e contratações temporárias celebradas na forma da lei estadual;

c) critérios objetivos de avaliação para fins de admissão.

§ 3º O relatório de gestão, especificado no parágrafo 1º, inciso VI, deste artigo, deve conter necessaria-

mente, com base em critérios consistentes, a avaliação e o desempenho, enfatizando a qualidade e produtividade, de demonstrativos entre o que foi previsto para o exercício findo e o que realmente foi atingido, acompanhado das demonstrações contábeis e financeiras e do balanço social pertinente.

§ 4º Os planos especificados no parágrafo 1º, inciso V, deste artigo, devem contemplar, necessariamente, o conjunto de objetivos estratégicos, as atividades, ações previstas, os prazos para execução e as metas desejadas.

§ 5º Os controles previstos nos incisos V e VI do parágrafo 1º, deste artigo, devem ser segregados por fundo financeiro público gerido ou programa administrado pela entidade, devendo ser consolidados posteriormente.

§ 6º As atribuições da Comissão Especial de Avaliação, prevista no inciso VII deste artigo, devem contemplar, necessariamente, o exame dos documentos previstos nos incisos V e VI, todos do parágrafo 1º deste artigo, devendo ainda observar:

I - o resultado da avaliação da Comissão deve ser acompanhado de relatório anual conclusivo sobre a avaliação do desempenho administrativo, financeiro e técnico do Paranacidade, obedecidas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;

II - poderá proceder, a critério do Conselho de Administração do Paranacidade, verificações periódicas *in loco* para mensurar o desenvolvimento das atividades e retorno obtido pelo Paranacidade, inclusive abordando a aplicação de recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado, dirigido ao Conselho de Administração;

III - o Conselho de Administração do Paranacidade, após análise dos relatórios previstos neste parágrafo, os encaminhará ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, acompanhado por parecer e recomendações que se fizerem cabíveis, para subsidiar tomadas de decisão acerca da manutenção e aperfeiçoamento do Contrato de Gestão.

## Capítulo VI

### Da Prestação de Contas

Art. 19. Os recursos públicos geridos pelo Paranacidade e a execução do Contrato de Gestão estarão sujeitos ao controle externo do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, sem prejuízo, no que couber, do contido no artigo 71 da Constituição Federal e no artigo 75 da Constituição do Estado do Paraná.

§ 1º As contas do Paranacidade serão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

§ 2º Sem prejuízo da atividade normal do controle externo, o Paranacidade, encaminhará anualmente ao Tribunal de Contas do Estado, até 30 de abril de cada ano, a prestação de contas dos recursos públicos aplicados, inclusive os repassados pelo contrato de gestão a que se

refere o artigo 16 desta lei e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano.

§ 3º A prestação de contas abrangerá relatório sobre a execução das atividades previstas no Contrato de Gestão, baseadas nos planos anuais de ação estratégica, nos planos de trabalho e de metas, no relatório da Comissão Especial de Avaliação, se houver, nas demonstrações contábeis e financeiras e no balanço social da entidade, todos previstos no parágrafo 1º, do artigo 16 desta lei, observando as leis, contratos e regulamentos específicos da entidade.

§ 4º Anualmente e a qualquer tempo por deliberação do Conselho de Administração ou determinação do Superintendente, bem como por parte do Governador do Estado serão processadas auditorias internas e externas nas operações da entidade.

## Capítulo VII

### Das Receitas

Art. 20. Constituem receitas do Paranacidade:

I - recursos provenientes do repasse do Contrato de Gestão, previsto no artigo 16 desta lei, firmado entre o Estado do Paraná e o Paranacidade;

II - produto resultante de juros e amortizações ou de aplicação de recursos do Paranacidade no mercado financeiro;

III - aporte de recursos municipais, estaduais e federais, de qualquer natureza;

IV - recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre governos;

V - doações, legados, auxílios, contribuições e outras subvenções de entidades públicas ou particulares e de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

VI - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos, celebrados com entidades públicas ou privadas;

VIII - receitas provenientes de alienação de bens móveis e imóveis

IX - outros recursos que venham ser destinados.

§ 1º O Paranacidade deverá instituir fundo rotativo de caixa, de caráter orçamentário e contábil, para arcar com despesas diversas de pronto pagamento, ligadas às atividades do seu objetivo social;

§ 2º O repasse previsto no inciso I do *caput*, deste artigo, que será apropriado mensalmente com base no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, destina-se à manutenção da entidade, incluindo as despesas de custeio, despesas com pessoal, recursos destinados aos investimentos necessários à manutenção e ao desenvolvimento da entidade, bem como para a manutenção do fundo rotativo de caixa, previsto no parágrafo 1º deste artigo.

§ 3º Eventuais superávits verificados na apuração de resultados dos exercícios financeiros da entidade, poderão ser aplicados integralmente no seu aperfeiçoamento.

mento institucional e/ou na consecução de seus objetivos sociais.

§ 4º O superávit, mencionado no parágrafo anterior, de um determinado exercício, quando não aplicado em qualquer um dos exercícios subseqüentes ao exercício financeiro que o gerou, deverá ser repassado ao FDU, no 3º exercício subseqüente, subtraindo deste montante o valor anual previsto para a folha de pagamento de pessoal do Paranacidade (salários e leis sociais) deste último exercício.

### **Capítulo VIII**

#### **Dos recursos Humanos**

Art. 21. O regime de contratação de pessoal por parte do Paranacidade, seja qual for a prestação de serviços de caráter permanente, inclusive para a execução de Contratos de Gestão, será o de emprego público, regido pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1º Para cada Contrato de Gestão firmado pelo Paranacidade, inclusive o previamente autorizado nesta lei, poderá ser previsto, um quadro de pessoal específico, seja para atividades com prazo determinado ou indeterminado, serviços gerenciais, executivos ou consultivos.

§ 2º Por proposta da Diretoria Executiva a ser aprovada pelo Conselho de Administração e posteriormente homologada pelo Governo do Estado, serão elaborados os quadros de pessoal para cada Contrato de Gestão, inclusive o previamente autorizado nesta lei, bem como o correspondente Plano de Cargos e Salários do Paranacidade.

§ 3º O Plano de Cargos e Salários do Paranacidade contemplará as atividades de provimento permanente, devidamente descritas, os empregos e funções, suas competências e outras disposições, destinados ao desenvolvimento dos objetivos sociais de caráter geral.

§ 4º A estrutura de pessoal referida nos parágrafos anteriores será apresentada de forma detalhada e motivada, atendendo às características próprias do Plano de Cargos e Salários do Paranacidade e dos demais Contratos de Gestão, inclusive sobre os aspectos de economicidade, eficiência e com a indicação das fontes de custeio.

§ 5º As despesas de pessoal contratado para preenchimento dos empregos constantes do Plano de Cargos e Salários do Paranacidade serão custeadas por receita própria e as despesas de pessoal contratado para execução dos demais Contratos de Gestão firmados serão suportadas por conta dos recursos do próprio Contrato de Gestão, na forma definida em cada contrato firmado pelo Paranacidade.

§ 6º O Plano de Cargos e Salários do Paranacidade estabelecerá empregos preenchidos mediante prévia seleção pública, além de cargos de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração, para o exercício de atividade de direção assessoria, vedada a sua utilização para atividades de caráter permanente, e ainda, contratação temporária a ser celebrada com base em lei estadual.

§ 7º O quadro de pessoal a ser utilizado na execução de cada Contrato de Gestão obedecerá a regramento específico e distinto do previsto no Plano de Cargos e Salários do Paranacidade, atendendo às especificações técnicas e gerenciais estabelecidas para cada Contrato de Gestão, inclusive em relação ao estabelecimento de salários compatíveis com o mercado específico, sendo necessário, porém, o prévio certame seletivo público.

Art. 22. Caberá à Diretoria Executiva do Paranacidade:

I - a prática de atos concernentes à contratação, administração e dispensa de recursos humanos de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e atividades, bem como de seus produtos e serviços;

II - a elaboração do regulamento próprio para a contratação de pessoal, observadas as condições estabelecidas no artigo 17, sem prejuízo do disposto no inciso anterior.

§ 1º. As ações do Paranacidade compreendendo todas as atividades administrativas e técnicas previstas no artigo 9º desta lei, serão exercidas e desempenhadas por empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, contratados por prazo determinado ou não, e por terceiros, pessoas jurídicas ou físicas, observada a legislação em vigor.

§ 2º A contratação de pessoal por prazo indeterminado somente se aplica à elaboração e execução de planos, programas, projetos e serviços de responsabilidade do Paranacidade, no prazo de elaboração e execução destes e, depende de prévia aprovação da Diretoria Executiva.

§ 3º O Regulamento especificado no inciso II do *caput*, incluindo posteriores revisões e alterações, após aprovado pelo Conselho de Administração e homologado pelo Governador do Estado, deverá ser publicado em Diário Oficial do Estado, para que produza seus efeitos legais.

§ 4º As contratações realizadas pelo Paranacidade também serão encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado, para exame da legalidade, para fins de registro, das admissões a qualquer título, exceto para os cargos em comissão.

### **Capítulo IX**

#### **Do Patrimônio do Paranacidade**

Art. 23. O patrimônio do Paranacidade será constituído:

I - pelo acervo de bens e direitos que adquirir ou vierem a ser-lhe incorporados;

II - pelos legados, doações e heranças que receber, de pessoa física ou jurídica, de direito público e privado, nacional, estrangeira ou internacional;

III - por quaisquer outros bens e direitos, que vierem a se incorporar ao Paranacidade.

Art. 24. Com a extinção do Paranacidade os seus bens e direitos serão revertidos ao patrimônio do Estado do Paraná.

## Capítulo X

### Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 25. O Conselho de Administração do Paranacidade aprovará, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após a entrada em vigor desta lei, a reforma do Estatuto do Paranacidade, que será proposto pela Diretoria Executiva da entidade, procedendo logo após as demais providências cabíveis, sem prejuízo das disposições previstas no artigo 13, parágrafo 3º, desta lei.

Art. 26. O Conselho de Administração do Paranacidade deverá promover a recondução de seus membros, que deverão ser empossados na primeira reunião que ocorrer após a publicação desta lei, que funcionará até a aprovação definitiva dos Estatutos e Regimentos a serem adaptados às prescrições desta lei.

Art. 27. A Diretoria Executiva do Paranacidade, no prazo de 120 (noventa) dias após a entrada em vigor desta lei, promoverá:

I - o encaminhamento e toda a documentação remanescente do extinto Famepar à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano - SEDU, a qual decidirá e tomará as medidas necessárias à sua destinação;

II - a elaboração de propostas do Plano de Cargos e Salários do Paranacidade, bem como o quadro funcional para execução do Contrato de Gestão, atendidas as normas gerais e princípios estabelecidos nesta lei;

III - a elaboração de proposta para o Regulamento de Contratação de Pessoal, a ser aprovada pelo Conselho de Administração, atendidas as normas gerais e princípios estabelecidos nesta lei;

IV - a sistematização da legislação estadual em vigor, inerente ao objetivo social da entidade, em especial sobre o desenvolvimento urbano regional do Estado, e das assistências técnica e institucional aos municípios paranaenses e de suas formas de atuação.

Parágrafo Único. A sistematização da legislação estadual prevista no inciso IV anterior, deverá, por determinação da Diretoria Executiva do Paranacidade, ser permanentemente atualizada e mantida à disposição dos interessados para consultas.

Art. 28. Até a aprovação definitiva do Plano de Cargos e Salários do Paranacidade e do Contrato de Gestão, fica mantida a atual estrutura de empregos públicos.

§ 1º Após a aprovação desses planos e estruturas serão promovidas as contratações para os empregos e funções necessárias, segundo a regulamentação específica de contratação de pessoal a ser aprovada na forma desta lei.

§ 2º Fica autorizado o aproveitamento de ocupantes de empregos atuais na nova estrutura de Plano de Cargos e Salários, bem como, eventual transferência para a estrutura de execução do Contrato de Gestão autorizado por esta lei, atendidas as condições de legitimidade da contratação inicial.

Art. 29. As contratações de obras, bens e serviços pelo Paranacidade, inclusive para a execução dos Contratos de Gestão com o Estado do Paraná ou seus municípios, serão realizadas na forma prevista, obedecidas as normas gerais e princípios contidos na Lei nº 8666/93.

Art. 30. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis Estaduais 11.498, de 30/07/96; 12.651, de 23/09/99; 12.966, de 25/10/00; e 14.045, de 05/05/03, bem como as demais disposições em contrário.

### À Diretoria Legislativa.

## Ofícios

Sob o nº 094/06-GP, do Sr. Tadeu Marino Loyola Costa, Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, encaminhando para apreciação desta Casa, anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajuste do vencimento básico, aplicável aos servidores do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, de conformidade com a tabela constante do Anexo I do anteprojeto de lei. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 095/06-GP, do Sr. Tadeu Marino Loyola Costa, Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, encaminhando para apreciação desta Casa, anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajuste dos proventos de aposentadoria dos Serventuários do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná, na forma da tabela constante do Anexo I. **Ao conhecimento da Casa.**

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 232

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) BARBOSA NETO

### REQUERIMENTO Nº 218

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente PROPOR seja recolocado em pauta o Projeto de

Lei nº 556/05, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Dom Agostinho José Sartori.

Ressalte-se que tal projeto foi proposto em 20 de setembro/05, conforme Protocolo nº 7185 desta Casa e aguarda junto à Diretoria de Apoio ao Plenário, para votação.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 214

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER aprovação deste Plenário, de seu afastamento nos dias 24 e 25 de março do corrente ano, por motivo de viagem à cidade de Belo Horizonte/MG, como representante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para tratar de assunto junto ao Poder Legislativo de Minas Gerais.

Na certeza de seu atendimento, aproveitamos para renovar elevados votos de apreço.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 220

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o Espaço Cultural da Assembléia Legislativa para exposição dos trabalhos da artista plástica Silvana A. Fajardo, nos dias 03 a 12 de maio do corrente.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se, como uma forma de valorizar o trabalho do artista de nosso Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 193

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento do jovem Reginaldo Ribeiro dos Santos, ocorrido em 19.02.06, no município de Medianeira-PR.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares: pais: Raimundo Ribeiro dos Santos e Teresa; irmãos: Reinaldo, Margareth, Maria, Joserlei, Ivonei, residentes em Medianeira, sendo que a correspondência deverá ser encaminhada à Rua Sarandi, 254, Bairro Nazaré - CEP: 85.884-000 - Medianeira-PR.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 199

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do

Brasil, Dom Odilo Pedro Sherer, em razão do lançamento nacional da Campanha da Fraternidade de 2006, com o tema “Fraternidade e Pessoas com Deficiência. Levantase e vem para o meio.”

No lançamento da 42ª campanha da Fraternidade, no Santuário de Aparecida do Norte, Dom Odilo Sherer citou dados do último senso do IBGE que indicam 25 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência.

Trata-se de Campanha destinada à reflexão e combate ao preconceito contra os deficientes.

Na oportunidade, o Bispo também lamentou a transformação do Brasil em paraíso financeiro, onde a má distribuição de renda só fez agravar com a política o Governo Federal, estimulando os ganhos das instituições financeiras.

Não há no Brasil efetiva política de inclusão social e isso todos vivenciam diariamente.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 226

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Guaraqueçaba pela comemoração, no próximo dia 11 de março, de seus 461 anos de emancipação política.

Requer, outrossim que, da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo; Sr. Riad Said Zahqui, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Gerce Cunha, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que a população de Guaraqueçaba estará comemorando a passagem dos seus 461 anos de emancipação política.

**Histórico:** Em 1845, quando a expedição espanhola de Senabrio aportou na costa de Superagüi, assolada por uma tempestade, encontrou, dividindo amistosamente o território com as tribos indígenas locais, dois portugueses. No ano de 1614, o Tabelião da Ouvidoria de São Vicente, Diogo de Unhatte, obtém de Pero Cubas a Sesmaria Paranaguá, localizada entre os rios Ararapira e Superagüi.

A base da povoação foi lançada em 1838, por Cypriano Custódio de Araújo e José Fernandes Corrêa, quando construíram uma pequena igreja nas proximidades de Morro de Guitumbê que foi consagrada a Bom Jesus dos Perdões, e abençoada no dia 15 de junho de 1838. Ao redor da capela muitas famílias edificaram suas casas, algumas se dedicaram ao comércio e o lugar foi tomando ares de povoado.

Em 1854, Guaraqueçaba é elevada à categoria de Freguesia, e no ano de 1880, através da Lei Provincial, foi criado o município de Guaraqueçaba, com território desmembrado de Paranaguá.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se orgulhoso em transmitir a toda a população de Guaraqueçaba, efusivos cumprimentos na significativa data da comemoração dos 461 anos de emancipação política.

#### REQUERIMENTO Nº 227

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações e aplausos ao Dia Internacional da Mulher a ser comemorado no próximo dia 08 do corrente.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 08 do corrente, será comemorado o Dia Internacional da Mulher.

Não poderia haver dia de festa mais jubiloso do que este. É um dia que galvaniza com grande alegria todas as mulheres. Portanto, é para nós um dia de gala.

Inicialmente, gostaríamos de parabenizar todas as mulheres deste país, especialmente as paranaenses, pela passagem do Dia Internacional da Mulher, um marco na luta contra as barreiras culturais e sociais que a mulher brasileira ainda enfrenta.

Lamentavelmente, as mulheres continuam enfrentando problemas no mercado de trabalho e muitas são discriminadas por receberem salários menores que os dos homens, desempenhando as mesmas funções.

Em nosso Brasil de tantos contrastes, muitas continuam subjugadas na dignidade. Boa parte clama por respeito, outras sequer imaginam a força que possuem para mudar o próprio destino.

Apesar de tudo, não há quem ignore, hoje, o êxito das mulheres em todas as ocupações a que se dedicam em que se sobressaem pela competência profissional, pela existência técnica, pelo interesse, pela dedicação e pelo apuro com que engrandecem tudo o que fazem. Temos o exemplo diário com nossas mulheres aqui, funcionárias das nossa Assembléia Legislativa, competentes, trabalhadoras, batalhadoras, extremamente preparadas à frente do serviço legislativo.

Trata-se na verdade, de uma luta a que todos são chamados, pois mais que homens e mulheres, somos todos brasileiros e temos a obrigação de legar às próximas gerações de cidadãos uma existência mais digna, mais justa e mais feliz.

Finalmente desejamos mais uma vez homenagear todas as mulheres brasileiras, com especial carinho pelas paranaenses, como nossas colegas Deputadas: Arlete Caramês, Cida Borghetti, Elza Correia e Luciana Rafag-

nin e todas as funcionárias deste Poder, as terceirizadas da firma Higi-Serv, que trabalham nesta Casa Legislativa.

É grande a satisfação que sentimos ao prestar esta homenagem às mulheres. Para, de algum modo, externar nossa gratidão e apreço, não vimos outro meio de oferecer através deste requerimento, um pequeno mimo que será o penhor que dedicamos a todas as mulheres, registrando nos Anais da Assembléia Legislativa, para que fique gravado para a posterioridade.

#### REQUERIMENTO Nº 228

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações e aplausos ao jornal Diário Popular de Curitiba, pela passagem de seus 43 anos de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Dr. Abdo Aref Kudri, fundador e Diretor-Presidente do Diário Popular, para que aceite os sinceros cumprimentos, solicitando transmitir a todos os jornalistas, colaboradores e auxiliares.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No dia 04 de março de 1963, o Dr. Abdo Aref Kudri, fundou o importante jornal Diário Popular, mantendo desde o início até o dia de hoje a linha editorial independente, sempre acompanhando as transformações sociais, políticas, econômicas do nosso Estado, galvanizando toda a população paranaense.

O jornal é sem dúvida, nos tempos modernos, a maior força que a mão do homem já empunhou. Não é sem razão que a imprensa é considerada o quarto poder. Sentinela vigilante, a ela compete os atos daqueles que mantêm uma parcela do poder público. Não somente fiscalizar, mas alertar os governantes para os perigos que significam tais ou quais atos de seus prepostos.

Grande é, pois, a responsabilidade que o jornal assume perante o público. Alavanca da opinião, deve o jornal ser essencialmente informativo.

O Diário Popular tem, além do seu Diretor-Presidente, Dr. Abdo Aref Kudri, todos os jornalistas e auxiliares, dotados de sólida cultura intelectual e moral, e seus ânimos estão forrados contra todas as investidas de interesses subalternos.

O Diário Popular é, pois, o farol a espantar as trevas e é a alavanca para impulsionar o progresso paranaense, pois, que seria de um país sem a imprensa?

Nosso coração se enche de júbilo ao homenagear o Diário Popular pela passagem de seus 43 anos de fundação.

#### REQUERIMENTO Nº 230

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa de votos de congratulações ao Dia Internacional da Mulher, uma vez que esta exerce papel de extrema importância para a sociedade, após anos de luta pelos direitos conquistados.

Sala das Sessões, em 06.03.06.  
(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### REQUERIMENTO Nº 213

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente PROPOR voto de louvor à Associação Comercial e Industrial de Campo Largo - Acicla - pela inauguração de sua nova sede.

Diante desta narrativa, solicito ainda a especial gentileza em notificar o Sr. Aristeu Rivabem, na Rua Mal. Deodoro, nº 174, Centro, Campo Largo-PR. CEP: 83.601-030, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 06.03.06.  
(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 203

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Paulo MacDonald Ghisi, Exmo. Prefeito de Foz do Iguaçu. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.03.06.  
(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 204

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Delmar José Pimentel, Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.03.06.  
(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 205

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Carlos Pellegrini. A referida homenagem deve-se pelos relevantes

serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.03.06.  
(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 206

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Oezir Marcello Kantor.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.03.06.  
(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 207

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Jeferson Moraes. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.03.06.  
(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 208

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Rubens Benedito Augusto. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.03.06.  
(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 209

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Nelson de Oliveira Capucho.



A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 210

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. José Lima do Nascimento, Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Londrina.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 211

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. João Antônio Menolli, Presidente do Sindicato Rural de Cambé.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 212

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. João de Souza.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 195

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis,

REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando do mesmo a liberação de um veículo para utilização nos trabalhos comunitários da Pastoral da Criança de Floraí, conforme correspondência anexa.

São 310 famílias atendidas, com 341 crianças. No Distrito de Nova Bilac são dezesseis gestantes beneficiadas com o atendimento da Pastoral da Criança de Floraí.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 196

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Presidente da República, Exmo. Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, bem como ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Exmo. Sr. Roberto Rodrigues, solicitando dos mesmos atendimento às reivindicações do setor agropecuário do Estado do Paraná, tendo em vista a crise desse setor.

Requer, portanto, o acolhimento das propostas contidas no documento anexo, viabilizando o exercício dessa importante atividade para a geração de trabalho e renda no Paraná e no país.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 197

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Procurador Geral de Justiça, Procurador Milton Riquelme de Macedo, enviando voto de congratulações em razão da recondução ao cargo.

A Mensagem do Governo do Estado com o nome do Procurador Milton Riquelme foi encaminhada à Assembléia Legislativa do Paraná, que precisa confirmar a indicação.

A nova gestão do Procurador Milton Riquelme iniciar-se-á em 07 de abril, de 2006 a 2008.

O Procurador formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná, com especialização em Direito Administrativo e Direito Processual Penal pela PUC/SP.

Ingressou no Ministério Público do Paraná em 1977. Foi corregedor do MP de 2001 a 2003.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 198

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, bem como

ao Procurador-Geral do Estado, Sérgio Botto de Lacerda, solicitando dos mesmos o reenquadramento dos defensores públicos no nível de advogado do Estado.

Cabe salientar que, apesar da importância da carreira de defensor público, essa classe vem sofrendo perda salarial lastimável, inviabilizando o exercício dessa função pública garantida pela Constituição Federal.

É fundamental que os defensores públicos possam ter uma carreira e ter regulamentação da respectiva vida profissional.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 200

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Diretor-Presidente da Parana Previdência, Sr. José Maria de Paula Correia, solicitando revisão da aposentadoria do Sr. Pedro Martins.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 201

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao Diretor-Presidente da Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Sr. Rubens Ghilardi, solicitando que seja cumprido o Programa Luz para Todos, realizando a instalação de energia elétrica na Chácara do Sr. José Tadeu Orlandini, Matrícula nº 5.577. Vale ressaltar que a chácara vizinha (Matrícula 4.681.667-4) já possui luz instalada.

Para maiores informações a Matrícula nº 5.577, de 24.200m<sup>2</sup> refere-se ao lote Terras nº 02, situado Gleba nº 01, Colônia São Jerônimo - município e Comarca de São Jerônimo da Serra-PR, Bairro Caratua. Na cabeceira divide com Estrada Oficial Curitiba-Londrina; de um lado divide com o lote nº 01, da mesma Gleba; nos fundos com o Rio São Jerônimo e por último lado, divide com o restante do Lote nº 02. Incra nº 713.058.012.270-8.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 202

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, encaminhando correspondência do Sr. Antônio Carlos Tonon, funcionário da Seab/Deral/Lapa-PR, solicitando uma posição em relação ao assunto exposto.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 221

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, seja enviado expediente à Empresa Anatel e às concessionárias que exploram o serviço de telefonia na região de Maringá, solicitando a isenção do pagamento de DDD (Discagem Direta à Distância) os municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Maringá.

Que a cobrança dos serviços telefônicos entre essas cidades seja feita pelo sistema de pulso, como já é feito por várias regiões metropolitanas de todo o País.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 222

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, seja enviado expediente ao Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi, solicitando agilização da duplicação do trecho da rodovia entre Maringá e Paçandu, já licitado.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 223

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, seja enviado expediente ao Governador do Estado Roberto Requião de Mello e Silva e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi, solicitando recape asfáltico ligando o município de Doutor Camargo ao município de Ivatuba.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 224

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, seja enviado expediente ao Governador do Estado Roberto Requião de Mello e Silva e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Waldir Ortêncio Pugliesi, solicitando recape asfáltico ligando o município de Terra Boa ao Distrito de Malu e Entroncamento PR-323.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 225

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, seja enviado expediente ao Governador

do Estado Roberto Requião de Mello e Silva e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Waldir Ortêncio Pugliesi, solicitando recape asfáltico ligando o município de Floresta ao município de Itambé e Distrito de Marisa município de São Pedro do Ivaí.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 229

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ao Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União - TCU, expediente solicitando a realização de auditoria para verificar o total de gastos do DNIT/MT com a reconstrução da ponte sobre o Rio Capivari-Cachoeira, na Rodovia Régis Biten-court, BR-116, que desabou no dia 25 de janeiro de 2005, ainda em obras de recuperação.

Requer ainda, sejam encaminhados juntamente com ofício desta Comissão de Defesa do Consumidor, recortes de jornais e demais documentos em anexo.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

No dia 13 de janeiro de 2005, a Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e Defesa do Consumidor, encaminhou ao Ministro Alfredo Nascimento, dos Transportes, expediente alertando para os perigos da queda da ponte sobre o rio Capivari-Cachoeira, por falta de manutenção e conservação, por parte do DNIT/PR, e não mereceu resposta. Após a queda da referida ponte, solicitou ao Ministério Público, pedido de responsabilidade sobre o Ministério dos Transportes, sobre o Ministro e sobre os diretores e engenheiros do DNIT.

Hoje, mais de um ano após a ocorrência do acidente que vitimou uma pessoa e causou prejuízos e danos a tantas outras, a ponte ainda não foi concluída e entregue aos usuários para o retorno da normalidade do tráfego de tão importante rodovia, que liga o Brasil ao Mercosul.

Considerando a falta de transparência no processo, os desencontros de informação, e a necessidade de esclarecimento dos gastos com a reconstrução, bem como, o tempo de serviço da obra em execução, justifica-se o pedido a S. Exa. o Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União - TCU, seja designada uma auditoria junto ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, do Paraná, no sentido de averiguar o processo de reconstrução da ponte sobre o rio Capivari-Cachoeira, localizada na Rodovia Régis Bitencourt, na BR-116, no trecho São Paulo - Curitiba, que desabou no dia 25 de janeiro de 2006, cujas obras de reconstrução ainda não terminaram.

Como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, gostaríamos que fossem levantados por esse Tribunal de Contas da União - TCU, os seguintes quesitos:

\* Início da obra: 15/08/05.

\* Previsão de término: 10.02.06.

\* Valor da obra: R\$ 12.998.351,36.

Considerando que:

\* A referida ponte rompeu desabando sobre a represa no dia 25 de janeiro de 2005, tendo o DNIT iniciado as obras de remoção dos escombros e restauração logo em seguida, conforme matérias divulgadas pela imprensa, em anexo, como pode a obra ter sido iniciada em 15.08.05?

\* O relatório do DNIT apresentado à época, que aponta as causas do desabamento e avalia que a reconstrução estava estimada em R\$ 7 milhões, superando as primeiras estimativas, logo após a queda, feitas por diretores que era de R\$ 2 milhões, também registrada pela imprensa. Como pode, em agosto, passar para R\$ 12.998.351,36?

Nota: O DNIT não encaminhou a esta Comissão o referido relatório.

\* A previsão do DNIT para a reconstrução da obra foi a de que estaria restaurada até o final do mês de agosto de 2005, conforme declarações do diretor Rosalvo Guize e do engenheiro Ronaldo de Almeida Jares, dadas à imprensa local. O próprio Coordenador Geral do DNIT, Eduardo Calheiros de Araújo, veio a Curitiba para apresentar o relatório, contestado por técnicos da Universidade Federal do Paraná e por esta Comissão.

\* Uma equipe formada por engenheiros do DNIT, CREA-PR, e Universidade Federal do Paraná, inicia os trabalhos de remoção dos escombros e reforço do aterro, a UFPR, convidada a participar deste grupo nos primeiros trabalhos, logo é deixada de lado e abandona o grupo.

\* Curiosamente, no mês de agosto de 2005, quando a obra deveria estar concluída, segundo previsão do próprio DNIT e do Ministério dos Transportes, estes órgãos contratam, sem licitação e a título de "serviço emergencial", uma empreiteira para operar a obra, ao preço de R\$ 12.998.351,36 (e não os R\$ 7 milhões previstos anteriormente).

\* Na placa que está na ponte, além do preço, constam o início da obra em 15.08.05 e término em 10.02.06. Mas, se o DNIT e o Ministério já trabalhavam na obra, como pode ser contratada uma empresa em agosto (quando já deveria ter sido concluída) em caráter emergencial? A emergência não seria em janeiro, quando do acidente do desmoronamento?

\* Quanto custou a operação de reconstrução desde janeiro até o mês de agosto? Quanto custou, no total, a execução da obra? Qual a causa da demora? Por que não há transparência? Por que o Ministério não responde o questionamento desta Comissão, datado de 13 de janeiro de 2005, sobre os gastos do DNIT, com conservação e manutenção de estradas no Paraná - em especial a BR-116 - no trecho que cruza o Estado?

\* Em tempo: no dia 13 de janeiro de 2005, treze dias antes da queda da referida ponte, encaminhamos ao Ministro Alfredo Nascimento, um documento, alertando

para o perigo do desabamento por falta de manutenção. A própria Polícia Rodoviária Federal do Paraná, segundo recortes de jornais em anexo, também havia alertado ao DNIT sobre os perigos das rachaduras na ponte.

\* Esta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor entrou com Ação Popular junto ao Ministério Público para responsabilizar o Ministro dos Transportes e os diretores e engenheiros do DNIT, pela queda da ponte e a morte de um motorista.

Isto exposto, reiteramos nosso pedido de encaminhamento ao Tribunal de Contas da União para que proceda às devidas investigações sobre essa obra e sobre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT e o Ministério dos Transportes para que sejam responsabilizados civil e criminalmente por danos causados e que seja oficiado a esta Casa de Leis o resultado da referida auditoria.

## Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 061/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica o inciso II, do artigo 14, da Lei 11.580, de 14 de novembro de 1996, acrescido de alínea com a seguinte redação:

“Art. 14. ...

II - alíquota de 12% (doze por cento) para as operações e prestações com os seguintes bens, mercadorias e serviços:

z) produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias: Código 7308.90.90 (telha de aço galvanizado nas formas trapezoidal, ondulada e lisa, para utilização de construção de telhados ou fechamentos laterais na construção civil, cumeeira para telhado de aço galvanizado, para utilização na construção civil); e produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias: código 7308.90.10 (Perfil modelo “U”, utilizado na composição de vigas para coberturas, fechamentos, pisos na construção civil em geral).”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

### JUSTIFICATIVA:

Dispõe o artigo 14 da Lei 11.580/96 que as alíquotas internas são seletivas em função da essencialidade dos produtos e serviços, assim distribuídos. O inciso II trata da alíquota do ICMS para as operações internas, estabelecendo o percentual de 12% (doze por cento).

Atualmente a telha de aço galvanizado nas formas trapezoidal, ondulada e lisa, para utilização na construção de telhados ou fechamentos laterais na construção civil; a calha de aço galvanizado para utilização na construção

civil; a cumeeira para telhado de aço galvanizado, para utilização na construção civil; e o perfil modelo “U” utilizado na composição de vigas para coberturas, fechamentos, pisos na construção civil em geral, estão internamente tributados com a alíquota do ICMS de 18% (dezoito por cento).

O Governo Estadual, visando fomentar as indústrias paranaenses, em março de 2003, introduziu na legislação tributária o Decreto 949, de 31 de março de 2003 (DIOE de 31.03.2003), que concedeu aos estabelecimentos contribuintes do ICMS, o diferimento parcial do imposto em 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do valor da operação, há hipótese de a alíquota ser de 18% (dezoito por cento), de forma que a carga tributária sobre as operações internas fosse equivalente a 12% (doze por cento).

Referido benefício (diferimento) é condicionado a que o produto seja adquirido por estabelecimento industrial ou comercial, ou seja, que o produto passe por nova fase de industrialização e posterior comercialização, ou somente comercialização.

O benefício do diferimento parcial (33,33%) não se aplica para as operações destinadas a outro Estado, bem como para as operações destinadas em saídas internas para consumidor final, contribuinte ou não do imposto.

O setor metalúrgico paranaense vem enfrentando grandes problemas com a concorrência, principalmente quando os produtos vêm de outros Estados. Tal situação é ocasionada a exemplo do que ocorreu com outros segmentos, tais como o setor moveleiro.

As principais dificuldades encontradas ultimamente são as vendas para o Estado de São Paulo. Quando ocorre a venda do produto destinado àquele Estado, o ICMS destacado na nota fiscal de venda é a alíquota de 12% (alíquota para as operações interestaduais - região sul-sudeste). O Estado de São Paulo, quando o ingresso do produto paranaense cobra dos contribuintes paulistas diferencial de alíquotas (diferença de alíquota do ICMS de 12% - interestadual para a alíquota interna de São Paulo 18%), ou seja, o produto paranaense fica mais oneroso para o cliente paulista.

Já as indústrias metalúrgicas do Estado de São Paulo, quando vendem os produtos para estabelecimentos localizados no Paraná, aplicam a alíquota interestadual do ICMS de 12% (doze por cento). Considerando que no Paraná não existe mais o diferencial de alíquota, o produto paulista acaba tendo uma carga tributária menor, o que prejudica as empresas paranaenses. Sendo o comprador consumidor final e adquirindo o produto do Estado de São Paulo, terá carga tributária de 12%. Já o consumidor final paranaense, ao adquirir o produto no mercado interno, pagará a carga tributária de 18%, sem aplicação do diferimento parcial de 33,33%.

Em face do exposto, necessária é a aprovação desta matéria para que as empresas do setor metalúrgico, no Estado do Paraná, tenham competitividade.

PROJETO DE LEI Nº 062/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Cidade Verão FM, com sede no município de Santa Terezinha de Itaipu e foro na Comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Rádio Comunitária Cidade Verão FM, com sede no município de Santa Terezinha de Itaipu, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tendo por finalidade contribuir para o desenvolvimento social e cultural do município de Santa Terezinha de Itaipu, criando e promovendo fóruns de livre discussão de assuntos de interesse público, divulgando e participando de atividades ligadas ao bem-estar social, interesses sociais e públicos, integrando a sociedade, promovendo cursos profissionalizantes e mantendo trabalhos na área cultural, educacional, esportiva, de lazer, ação social, saúde, comunicação e formação de jovens naquela comunidade, não fazendo qualquer discriminação a raça, cor, sexo ou religião.

A documentação anexa ao presente demonstra que a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo, portanto, o apoio dos nobres pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 063/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a estadualizar o trecho que liga o município de Palmital a Laranjal-PR, numa extensão de 35 (trinta e cinco) quilômetros.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A estrada em questão tem a extensão de 35 quilômetros, fazendo ligação no Km 10 com o município de Roncador. No Km 25, faz a ligação com o município de Nova Cantú e por final à cidade de Laranjal, que hoje conta com uma população de 7.315 habitantes numa área de 560 km2 (fonte IBGE).

Conseqüentemente, a conservação e manutenção deste trecho por parte do município que muitas vezes não

possui condições financeiras para arcar com mais essa obrigação, haja vista haver os problemas relacionados à infra-estrutura urbana, à constante preocupação na geração de empregos através de programas de incentivo à industrialização e também, como manutenção de estradas rurais e carreadores.

Além disso, Palmital hoje é uma cidade-pólo, contando com duas agências bancárias e dois postos (Caixa Econômica Federal e Banco Bradesco), onde os municípios menores da localidade dependem destes serviços, sendo caminho principal para escoar toda safra daqueles municípios, bem como é caminho para atendimento de saúde pública em razão dos diversos hospitais ali existentes.

Motivados por estas peculiaridades sócio-econômicas, o tráfego de veículos pesados que escoam produção agrícola da região se intensifica na exata medida do seu desenvolvimento acarretando um desgaste amplo na malha rodoviária daquela localidade.

Ressalte-se que existem no local a pavimentação denominada Caminho da Educação, ensejador de constante tráfego tornando a atual pavimentação danificada e perigosa, por via de conseqüência, impraticável, e os municípios não dispõem de equipamentos adequados e recursos para a restauração da referida área.

Assim, a localidade ganhará potencial com maior número de investimentos privados e crescimento econômico e por contingência, uma maior arrecadação estadual.

PROJETO DE LEI Nº 064/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Escola Municipal Ormi França Araújo, Educação Infantil e Ensino Fundamental, do município de Candói, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cívis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná estamos apresentando a presente proposição, para declarar de Utilidade Pública a Escola Municipal Ormi França Araújo, Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Candói/PR.

Fundada em 01 de novembro de 1995, a entidade tem por objetivo e finalidade de acordo com seu estatuto, desenvolver ações que concorram para o atendimento do educando, aprimoramento do ensino e integração família-escola e comunidade.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 065/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Movimento Peniel, com sede e foro no município de Rolândia, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Movimento Peniel é uma organização da sociedade civil, beneficente, que não visa lucratividade, filantrópica, que tem como finalidade auxiliar, orientar, recuperar e ressocializar pessoas dependentes e não-dependentes de drogas.

Esta Associação, dentro de seu plano de trabalho e em conformidade com seu estatuto, externalizou suas atividades como forma de melhorar o atendimento das pessoas toxicodependentes, alcoolistas, infratores e o entendimento das questões a elas relacionadas.

O Peniel se caracteriza como comunidade terapêutica e o seu programa de recuperação é dirigido àquelas pessoas que estão dependentes das drogas e que precisam ser tiradas de onde vivem para receber tratamento adequado às suas necessidades.

A pessoa que é dependente vem até o Peniel onde é feito um atendimento preliminar à internação. Na oportunidade a pessoa é levada a fazer um inventário de sua vida, quando então percebe a necessidade de mudar radicalmente sua maneira de viver, deixando o hábito negativo do uso de drogas. Ainda nessa oportunidade, é marcada a data de sua internação voluntária.

Num segundo momento, o indivíduo se apresenta numa data determinada, quando é internado, tendo, então, início o tratamento. Durante todo o período de tratamento não são usados medicamentos para combater o vício. O desenvolvimento da pessoa no programa de recuperação é avaliado constantemente, inclusive por ela mesma. Durante o tratamento a pessoa se retira totalmente das atividades seculares e o seu dia-a-dia é totalmente preenchido com atividades diversas. Terminado o tratamento, a pessoa está apta a voltar para casa e para o convívio social.

É o momento de reorganizar sua vida, sua documentação e acima de tudo, de definir seu futuro, agora como uma nova criatura.

É desta forma que a entidade atua para ajudar as pessoas.

PROJETO DE LEI Nº 066/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica reduzida a base de cálculo do imposto incidente, de forma que a carga tributária resulte no percentual de 7% (sete por cento), nas operações internas e interestaduais de carne e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados, resultantes do abate de aves, leporídeos e gado bovino, bufalino, caprino ovino e suínos (Convênio ICMS 89/05).

Parágrafo Único. A redução de base de cálculo prevista neste artigo não obriga à realização do estorno proporcional dos créditos do imposto, todavia implica na vedação, nas operações interestaduais, ao crédito fiscal relacionado no § 3º do artigo 2º e no parágrafo 1º do artigo 4º, da Lei 13.212, de 29 de junho de 2001, o qual nessas operações será substituído integralmente pelo crédito presumido previsto no parágrafo 2º do artigo 2º e no artigo 4º da referida lei, e, nas operações internas, na aplicação do limite de 7% ao crédito previsto no artigo 1º da Lei nº 14.747, de 21 de junho de 2005.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2006.

Sala das Sessões, em 06.03.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Com o advento do Convênio ICMS 89/2005 o Estado do Paraná comprometeu-se a adotar nas operações interestaduais com carne e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados, resultantes do abate de aves, leporídeos e gado bovino, bufalino, caprino, ovino e suíno, redução na base de cálculo do ICMS que resulte em carga tributária equivalente a 7%.

Torna-se, portanto, necessária a adaptação da legislação local constante da Lei nº 13.212 de 29 de junho de 2001 a essa nova diretriz. Todavia a legislação local deve levar em consideração as características da produção e da comercialização desses produtos pelas empresas localizadas no Estado do Paraná.

É relevante considerar que o referido Convênio permite igualmente se conceda redução ou isenção do tributo para as operações internas dos Estados signatários, situação essa que na prática já vem sendo aplicada no Estado. Ocorre que a desoneração interna já é também concedida no Estado de São Paulo dentre outros.

O Estado do Paraná é há muitos anos exportador de carnes para consumo em outros Estados, significando que para manter a indústria local em atividade é necessário que parte considerável da nossa produção seja vendida para consumo fora do Estado, sendo o Estado de São Paulo o maior cliente das nossas empresas.

Se temos necessidade de colocar carne paranaense no mercado em São Paulo temos que ter as mesmas condições tributárias que as empresas localizadas no território paulista. Para isso é necessário que se neutralize o ICMS como elemento de custo. Isto é o que o presente projeto de lei pretende, zerar o imposto nas operações interestaduais uma vez que as indústrias paulistas gozam do mesmo favor em suas operações locais. Todavia é necessário excluir dessas operações os créditos que excedem aos valores dos respectivos débitos, substituindo-os pelo crédito presumido já vigente, que a rigor anula o débito do imposto nessas operações.

No tocante às operações internas, nenhuma alteração na carga tributária, que hoje já é zerada, mas apenas um ajuste das condições formais para que diante dos benefícios concedidos à cesta básica, os créditos a estornar no varejo, sejam idênticos para as aquisições realizadas da indústria local e da indústria de fora do Estado.

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 49 Srs. Deputados.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº 02 (dois) de autoria do Deputado Artagão Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 214, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente, solicitando afastamento nos dias 24 e 25 do corrente mês, pois estará em Belo Horizonte/MG, como representante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, junto ao Poder Legislativo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Quero informar a todos que foram indicados pelos Partidos os representantes para ouvirem e opinar, através de parecer, sobre os candidatos inscritos para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Os indicados são André Vargas, Francisco Bühler, Cesar Seleme, Elio Rusch e Neivo Beraldin. A comissão será presidida pelo Deputado Elio Rusch.

Quero informar que amanhã será feito as oitivas dos seguintes candidatos: Durval Amaral, Mário Bradock, Saul Dorval da Silva, Doroty Oliveira Prado, Augusto Canto Neto, Tarso Albuguerque, Orlando Pessuti, Moisés Bortoloto, José Augusto Soavinski. Os demais serão ouvidos na quarta-feira.

### ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ***3ª Discussão***

##### **ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 544/05, de autoria do Deputado Ademir Bier, autorizando a estadualização da via asfáltica que liga a BR-277 de Tatu Judy à comunidade de Nova União, trecho asfáltico que liga o município de Céu Azul ao município de São Pedro do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

#### ***2ª Discussão***

##### **ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 676/05, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Professor Furusato Tomio - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro em Ubitatã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

##### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 691/05, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal João Bertoldi - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro em Ubitatã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

##### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 707/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social - LS - Programa Voluntariado Paranaense de Laranjeiras do Sul, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 716/05, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação de Defesa Ambiental, Terra, Água, Vida, com sede e foro no município de Terra Roxa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 727/05, de autoria do Deputado Nereu Moura, declarando de Utilidade Pública a Associação Internacional Pro-Yoga, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 783/05, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade Pública a Ação Social São Marcos, com sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 785/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública a Casa-Lar Infantil Miriã, com sede e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 798/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, declarando de Utilidade Pública ao Centro Comunitário Alto Bela Vista - segundo os critérios que determina e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### *1ª Discussão*

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 728/05, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declarando de Utilidade Pública a Associação Mundial de Programação Neurolinguística e Assistência Social - AMPNL, com sede e foro no município de Mandaguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Pub. no DA nº 129/05, de 22.11.05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 728/05

P A R E C E R :

##### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declara de Utilidade Pública a Associação Mundial de Programação Neurolinguística e

Assistência Social - AMPNL, com sede e foro no Município de Mandaguaçu, Paraná.

##### **Fundamentação**

Não existem obstáculos quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto. Ainda, encontra-se de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87.

Ante o exposto, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 728/05.

Sala das Comissões, em 21.02.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 776/05, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, declarando de Utilidade Pública a APA - Associação de Proteção ao Autista, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Pub. no DA nº 140/05, de 07.12.05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 776/05

P A R E C E R :

##### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção ao Autista, com sede e foro no município de Londrina, Paraná.

##### **Fundamentação**

Não existem obstáculos quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto. Ainda, encontra-se de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87.

Ante o exposto, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 776/05.

Sala das Comissões, em 21.02.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 794/05, de autoria do Deputado Waldir Leite, declarando de Utilidade Pública o Provopar Programa do Voluntariado Paranaense - Paranaguá Ação Social, com sede e foro no município de Paranaguá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Pub. no DA nº 148/05, de 14.12.05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 794/05

P A R E C E R :

##### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declara de Utilidade Pública o Pro-



vopar - Programa do Voluntariado Paranaense, com sede e foro no Município de Paranaguá, Paraná.

#### **Fundamentação**

Não existem obstáculos quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto. Ainda, encontra-se de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87.

Portanto, em sede de parecer, opinamos pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 21.02.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

### **ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 015/06, de autoria do Deputado Marcos Isfer, declarando de Utilidade Pública a Escolinha do Paulistinha Futebol Clube de Mandaguari, com sede e foro no município de Mandaguari. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Pub. no DA nº 003/06, de 16.02.06).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 015/06

#### P A R E C E R :

##### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcos Isfer, declara de Utilidade Pública a Escolinha do Paulistinha Futebol Clube de Mandaguari, com sede e foro no município de Mandaguari.

##### **Fundamentação**

Não existem obstáculos quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto. Ainda, encontra-se de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87.

Portanto, em sede de parecer, opinamos pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 21.02.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

### **Requerimentos**

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 193, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 195 a 199, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 200 a 212 e 232, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 213 e 218, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 220, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 221 a 225, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 226 a 228, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 229, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 230, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 783/05.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 195/04, 728, 776, 794/05 e 015/06.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/05.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 072/05 e 001/06.

Informamos, ainda, que amanhã, durante a Sessão, votaremos a Mensagem do Sr. Governador sobre a indicação do Procurador-Geral da Justiça, Dr. Milton Riquelme de Macedo.

Levanta-se a Sessão.

